

Árvores transgênicas e plantações de monoculturas de árvores

Conflitos, ameaças e lutas de resistência no Brasil



**Uma compilação de artigos do Boletim do WRM e outras
publicações**

Brasil, Abril de 2019



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
wrm.org.uy/pt

ÁRVORES TRANSGÊNICAS E PLANTAÇÕES DE MONOCULTURAS DE ÁRVORES. Conflitos, ameaças e lutas de resistência no Brasil

- 1. Algumas das principais iniciativas para expandir os monocultivos de árvores na América Latina, na África e na Ásia | Boletim 228**
Desde o Acordo Climático de Paris, e mesmo alguns anos antes, foram sendo lançadas iniciativas que prometiam milhões de hectares de reflorestamento e restauração florestal. Analisando essas iniciativas com mais atenção, as comunidades precisam ficar em alerta máximo.

I. AS ÁRVORES TRANSGÊNICAS

- 2. Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil**
Cientistas, advogados e organizações do mundo todo estão pedindo uma moratória global sobre a liberação comercial de árvores geneticamente modificadas, devido aos seus impactos sociais e ecológicos desconhecidos, mas potencialmente graves.
- 3. Fábricas de árvores: um panorama dos impactos e interesses por trás das árvores transgênicas**
O debate sobre organismos transgênicos tem-se centrado sobretudo em culturas agrícolas. No entanto, como as árvores vivem mais do que as culturas agrícolas, poderia haver mudanças imprevistas no seu metabolismo muitos anos depois de terem sido plantadas.
- 4. “Os transgênicos não são bem vindos”: Entrevista com André Dallagnol**
Futuragene, empresa da Suzano Papel e Celulose, solicitou liberar as plantações comerciais de um certo tipo de eucalipto geneticamente modificado no Brasil. No entanto, grupos locais, nacionais e internacionais resistem essa tentativa de expandir as monoculturas.

II. PLANTAÇÕES NO BRASIL

- 5. Agronegócio e injustiça ambiental: os impactos sobre a saúde das mulheres do campo**
Como a divisão sexual e a precarização do trabalho no agronegócio afetam a saúde das trabalhadoras e como as transformações territoriais derivadas deste modelo de produção afetam diretamente as mulheres.
- 6. Brasil: o cerrado e a cidade de Três Lagoas sob o controle das papeleiras**
As empresas de celulose e papel avançam nesses territórios neutralizando a resistência das comunidades, em um processo que deixa a população local dependente das empresas, econômica e simbolicamente.

7. Brasil e os direitos sobre a terra: uma luta histórica que continua e se intensifica

Com inúmeras práticas de “limpeza étnica” e centenas de comunidades expulsas de suas terras nas primeiras décadas do século XX, tais remoções forçadas originam os conflitos contemporâneos no Brasil.

8. Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia, Brasil

Os viajantes que atravessam as rodovias do Extremo Sul da Bahia não imaginam o perigo que se abriga na paisagem monótona e sem vida dos eucaliptais: os produtos químicos sintéticos, venenos extremamente perigosos, com funções distintas para aumentar os lucros de empresas.

9. Água e celulose: a sede do Norte e a resistência no Sul

A monocultura de eucalipto e o complexo industrial-portuário da celulose submetem rios e córregos, nascentes, lagoas e mar aos padrões da sede de consumo do Norte.

**10. “Para ter saúde plena, nos [as mulheres] queremos fazer a diferença”:
uma voz das florestas do Brasil**

Francisca, líder da comunidade de São Raimundo que é atacada pelo agronegócio, explica o papel central das mulheres na resistência: “Saúde é ter um grupo de mulheres na liderança ... elas têm uma visão diferente”.

11. Brasil: A empresa de monocultivos de eucalipto Veracel Celulose tenta expulsar indígenas Pataxó do seu Território

O território dos Pataxós foi reconhecido pelo Estado brasileiro como área que lhes pertence por direito. Mas eles denunciam os impactos da Veracel Celulose. Enquanto isso, lá buscam sobreviver em apenas 20 hectares, cercada pelos eucaliptos da Veracel.

III. OUTROS MATERIAIS RECOMENDADOS

- Nota pública contra a expansão do deserto verde no Rio de Janeiro
- Camponesas impedem aprovação do plantio comercial de árvores transgênicas no Brasil!
- Plantações de eucalipto para energia: O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil
- *Acciones a nivel global llaman a rechazar en Brasil los árboles transgénicos* (Disponível apenas em inglês ou espanhol)

IV. DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES

Para outros materiais sobre os impactos das monoculturas de árvores no Brasil veja <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-pais/america/brasil/>

1. Algumas das principais iniciativas para expandir os monocultivos de árvores na América Latina, na África e na Ásia

Boletim 228. Janeiro 2017. ([Leia este artigo online e veja as referências completas aqui.](#))



Desde o Acordo de Paris, e mesmo alguns anos antes, foram sendo lançadas iniciativas internacionais que prometiam milhões de hectares de reflorestamento e restauração florestal em benefício do meio ambiente e da população local. Mas não há exemplo de reflorestamento no mundo, nessa escala, que tenha dado certo. O que existe de experiência que, de alguma forma, podemos dizer que “deu certo” é o falso “reflorestamento” de monocultivos, com centenas de milhões de árvores de eucalipto, pínus, dendezeiro e seringueira, chamadas pela ONU, governos e empresas de “florestas plantadas”. Analisando os planos internacionais com mais atenção, as comunidades nos países onde querem implementá-los precisam ficar em alerta máximo.

O chamado Desafio de Bonn (Bonn Challenge) foi lançado em 2011 durante um evento promovido pelo Ministério de Meio Ambiente da Alemanha e a organização conservacionista IUCN – União Internacional pela Conservação da Natureza. Segundo consta na sua página na internet, o Desafio de Bonn é “um esforço global para restaurar 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas no mundo até 2020 (...)”. A iniciativa enfatiza a importância da “abordagem de paisagem” em vez de uma “abordagem estreita”. Os promotores afirmam que 124,32 milhões de hectares já foram “empenhados” para esse fim. Eles afirmam, também, que a Declaração de Florestas de Nova Iorque de 2014 endossou o Desafio de Bonn, ampliou sua meta para nada menos que 350 milhões de hectares e estendeu seu prazo até 2030.

No entanto, não encontramos uma explicação clara na página dessa Iniciativa sobre o tipo de “restauração” que será realizada. Não há clareza de que a mesma não será feita com plantações de monocultivos de árvores, lembrando que não existem exemplos no mundo de programas de “restauração” de floresta nativa na escala de milhões de hectares proposta pela Iniciativa. O único “reflorestamento” nessa escala

que “deu certo” foi o plantio de dezenas de milhões de hectares de eucalipto, pínus, acácia, seringueira e dendezeiro na forma de monocultivo. Essa expansão ocorreu, quase sem exceção, em terras férteis, em áreas de floresta, cerrado e pastagem natural, fundamentais para comunidades que antes dependiam delas. Essas pessoas se transformaram em trabalhadores rurais ou urbanos sem terra, e suas terras entraram num processo de degradação em função do monocultivo. Outras conseguiram resistir e estão lutando para recuperar suas terras.

Soma-se a isso a preocupante interpretação do Ministério de Meio Ambiente da Alemanha, de que plantações de monocultivos de árvores podem ser definidas como “restauração” pela Iniciativa, desde que algumas árvores nativas sejam introduzidas no meio do monocultivo.

Além disso, segundo afirma o Desafio de Bonn, “Plataformas regionais (...) estão emergindo no mundo”. Nesse sentido, vejamos abaixo o que tem ocorrido na África, na América Latina e na Ásia:

África

A AFR100 – Iniciativa pela Restauração da Paisagem Africana –, lançada em um evento paralelo à Conferência do Clima de Paris, afirma que vai “restaurar” 100 milhões de hectares de terras “desmatadas” e “degradadas” na África até 2030, quase 30% de toda a meta do Desafio de Bonn. A AFR100 se apresenta como iniciativa para mitigar as mudanças climáticas e “beneficiar” a população nos países africanos. Em sua primeira conferência regional, em outubro de 2016, foi anunciado que 21 países já haviam aderido à proposta e se comprometido a restaurar 63,3 milhões de hectares de floresta.

O principal financiador e promotor da AFR100 é o Banco Mundial, que promete investir US\$ 1 bilhão em 14 países da África até 2030. Sua ajuda será complementada pelo Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), que financiará a estrutura da iniciativa. A FAO também é uma parceira-chave, bem como o World Resources Institute (WRI). Há também financiadores privados, a exemplo do Fundo Holandês de Investimentos em Florestas Sustentáveis (Dutch Sustainable Forest Investments – SFI). O valor total comprometido por financiadores privados já teria alcançado US\$ 540 milhões.

Uma iniciativa que complementa a AFR100 é a “Florestas para o Futuro: novas florestas para a África”, que organizou uma conferência em Gana, em março de 2016, com participação da Green Resources. A Green Resources é uma das principais empresas de plantações na África e foi denunciada várias vezes pelos impactos negativos de suas plantações sobre as comunidades locais. Outra é a chamada Iniciativa Africana de Paisagens Resilientes (ARLI), que também conta com financiamento do Banco Mundial e do governo da Alemanha e afirma que

“trabalhará com terras agrícolas, áreas de florestas e de pastagens através de intervenções baseadas em agricultura climaticamente inteligente, restauração de florestas e ecossistemas, conservação de biodiversidade e manejo de áreas de pastagens.” Outra iniciativa a mencionar é o Plano de Ação para as Paisagens Africanas (African Landscapes Action Plan – ALAP), que conta com apoio do governo holandês.

O FIP – Programa de Investimentos em Florestas – do Banco Mundial também veio para apoiar a proposta da AFR100 e contribui com parte dos recursos do Banco para o Clima. Em junho de 2016, o Banco anunciou que endossou os planos de Moçambique e Costa de Marfim. Ambos prometem combater o desmatamento com REDD e incentivar o “reflorestamento”. Dois pontos nos planos propostos para ambos os países merecem destaque. Primeiro, nos planos apoiados pelo Banco Mundial, mais uma vez as comunidades rurais e suas práticas são apontadas como a principal causa de desmatamento – por exemplo, a agricultura itinerante e a coleta de lenha. Em segundo lugar, o “reflorestamento” na forma de plantações de monocultivos de árvores é apontado como uma solução muito importante. Por exemplo, o Plano FIP, da Costa de Marfim, fala em 100 mil hectares de “floresta industrial”, enquanto o Plano de Moçambique pretende promover as “plantações florestais comerciais”. Ambos enaltecem o setor privado de plantações. Por exemplo, o Plano da Costa de Marfim espera contar com a “expertise” do setor privado, que têm promovido monocultivos de dendezeiro e seringueira no país, enquanto, em Moçambique, o Plano FIP pretende completar as ações que levaram à maior expansão de plantações de eucalipto e pínus em toda a região Sul e Leste da África nestes últimos anos, com impactos nefastos sobre a população camponesa local. Além da tendência de prejudicar ainda mais as comunidades rurais, outro agravante é que a maior parte do financiamento do Banco Mundial é empréstimo, elevando a dívida desses países, ou seja, representando mais um peso nas costas de suas populações.

América Latina

A iniciativa 20X20 foi lançada em 2014 para restaurar 20 milhões de hectares na América Latina e no Caribe até 2020. Hoje, ela engloba 12 países da América Latina que, juntos, prometem restaurar 27,7 milhões de hectares nesse prazo, e teriam garantido US\$ 730 milhões de investidores privados. Para os investimentos se concretizarem, a iniciativa fala em “reduzir riscos” a esse nível inédito e ambicioso e “colaborar com o setor privado para o desenvolvimento de investimentos ecológica, social e economicamente sustentáveis numa variedade de atividades de restauração, como sistemas agroflorestais, a combinação de silvicultura e pastagens e reflorestamento natural ou assistido”. Conclusão: trata-se de um incentivo imenso ao setor das empresas de plantações de árvores.

No caso do Brasil, vale ressaltar que, em 2015, o governo anunciou que o país “reflorestaria” 12 milhões de hectares até 2030 e, naquele ano, usaria 20% de fontes “renováveis” de energia, para além da energia das hidrelétricas. Mas o que esperar do Plano 20X20 e desse anúncio, se olharmos a experiência recente do país nessa área? Em 2003, o governo brasileiro criou o Conselho Nacional de Florestas, que elaborou um Plano Nacional de Florestas. Em vez de recuperar minimamente o enorme passivo de desmatamento no país, o plano consistiu, na prática, em subsidiar, de 2003 a 2007, a construção de novas fábricas de celulose, bem como a expansão da área de plantações industriais de árvores do país em mais 2 milhões de hectares, sobretudo com eucaliptos, para alimentar essas novas fábricas. Entre 2003 e 2009, o governo investiu US\$ 1,95 bilhão com essa finalidade, através de seu Banco de Desenvolvimento (BNDES).

Uma das principais promessas do Brasil para a iniciativa 20X20 é a que se refere ao Mato Grosso, um dos principais estados em termos de desmatamento. O governo estadual pretende recuperar nada menos que 2,9 milhões de hectares de floresta em reservas legais e APPs (Áreas de Preservação Permanentes) até 2020. Chama a atenção que esse governo também tenha anunciado que vai aumentar a área de “floresta plantada” em 0,5 milhão de hectares. Para prever o que pode acontecer na prática em termos de “reflorestamento”, basta lembrar o novo código florestal brasileiro, que agora permite recuperar a reserva legal com espécies exóticas usadas nas plantações de monocultivos de árvores, por exemplo, o eucalipto.

Sobre as metas de aumentar a fatia de “energias renováveis”, a experiência brasileira é diretamente ligada ao modelo da monocultura em grande escala, a exemplo da cana para produzir etanol combustível e a coenergia gerada a partir do bagaço da cana nas dezenas de usinas de álcool no país. Outra monocultura do país, a soja, contribui para atingir as metas de produção da biodiesel. Empresas de plantações no Brasil e no Chile também torcem para conseguir incentivos e poder abastecer o mercado europeu com madeira para biomassa – os chamados ‘wood pellets’. Atualmente, esse mercado ainda é abastecido por plantações localizadas nos EUA e no Canadá.

Uma evidência forte de que o modelo de monocultivo em grande escala nunca será capaz de representar uma solução para a crise do clima ou o vício da economia dos países industrializados em combustíveis fósseis é sua própria dependência muito forte do petróleo, visto o enorme consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos e seu modelo de produção e transporte mecanizado e globalizado.

Ásia

Há anos, governos de vários países da Ásia estimulam planos para uma grande expansão dos monocultivos de árvores. Portanto, novos planos internacionais de

expansão das plantações para retirar CO₂ “em excesso” da atmosfera ou outras ações supostamente voltadas a mitigar a crise do clima são vistos com bons olhos.

Há seis anos, a Indonésia já anunciava planos para implementar plantações como sumidouros de carbono. O então ministro de florestas anunciou, em 2010, uma meta de 21 milhões de hectares de “florestas plantadas” para retirar CO₂ da atmosfera. Considerando os cerca de 4 milhões de hectares de plantações existentes para produção de celulose e borracha, isso significaria de fato uma megaexpansão. A expansão seria menor, mas ainda imensa, se o governo resolvesse incluir os 10 milhões de hectares de dendezeiros já existentes. Acontece que ele já fez isso. Diferente da definição de floresta da FAO, que trata as plantações de dendezeiros como cultivos agrícolas, o governo da Indonésia decidiu considerá-las como florestas.

Há anos, as empresas de plantações de dendezeiros da Indonésia e da Malásia, os principais países produtores no mundo, atuam no mercado de “energia limpa”, apostando no aumento do uso do óleo de dendê como “biocombustível”, principalmente na Europa, onde o uso geral do óleo de dendê aumentou seis vezes entre 2010 e 2014. Em 2014, quase metade era usada como combustível no transporte rodoviário. Ao mesmo tempo, a expansão das plantações de dendê e outras monocultivos tem relação direta com o desmatamento continuado, a exemplo dos enormes incêndios florestais em função da expansão das plantações, e que castigam a população da Indonésia a cada ano.

Desde que começou suas atividades na década de 1980, a APP (Asian Pulp and Paper), uma das maiores empresas de plantações para celulose do mundo, é considerada responsável pela perda de 1 milhão de hectares de florestas no país e também por outras violações sociais. Ironicamente, é a APP que foi anunciada como o primeiro ator privado ativo no “Desafio de Bonn”. A empresa afirmou estar comprometida com a restauração de florestas em terras degradadas. Segundo uma nota divulgada em março de 2016, a APP afirma que participar do Desafio de Bonn é dar continuidade a seu “Plano de Conservação Florestal”, com o compromisso, assumido há alguns anos, de “desmatamento zero”. Ora, conservar florestas é algo absolutamente necessário para a APP poder começar a corrigir seu comportamento de explorar floresta nativa para abastecer suas fábricas de celulose, denunciado há anos por comunidades no país. O que chama a atenção, no entanto, é que em relação ao objetivo primordial do “Desafio de Bonn” – restaurar florestas –, a APP não anunciou nenhuma medida adicional no sentido de restaurar uma parte dos cerca de 1 milhão de hectares de florestas que ela mesma ajudou a destruir até hoje. A APP produz anualmente mais de 19 milhões de toneladas de celulose, papel e papéis de embalagem, e vende seus produtos em 120 países de seis continentes. Por último, a proprietária da APP, a Sinar Mas, também tem interesse na área de geração de “energia renovável”, tendo anunciado em 2015 que pretende operar

usinas de energia de biomassa à base de madeira – leia-se: plantações de árvores – na Indonésia.

O Desafio de Bonn parece também andar em consonância com os planos ambiciosos nas regiões do Mekong e da Índia. Na primeira, uma grande expansão da área de plantações industriais de seringueira já está em curso para o período de 2008-2018, com aumento previsto de 4 milhões de hectares, principalmente em Myanmar, Laos e Cambodia. Na Índia, foi aprovada em julho de 2016 uma lei chamada CAF – lei do Fundo Compensatório de Reflorestamento. Além de violar a atual lei de direitos sobre a floresta das comunidades e povos tradicionais que vivem e dependem das florestas, essa nova lei reforça não só a permissão de destruir florestas nativas, já que serão “compensadas”, mas também a canalização de recursos para órgãos do governo que incentivarão a implementação de, pelo menos, 5 milhões de hectares de monocultivos de árvores, segundo denunciam organizações sociais do país.

Considerações finais

Esta breve introdução aos planos erroneamente chamados, em nível internacional, de reflorestamento, incentivados como suposta “solução” à crise climática, mostra a necessidade de mais pesquisas sobre os planos internacionais e nacionais e suas conexões, mas, sobretudo, da denúncia permanente da expansão dos monocultivos e seus impactos como consequência esperada desses planos. Colocamos este espaço do boletim do WRM à disposição para fazer essa denúncia e para ser mais um instrumento de apoio às comunidades em defesa dos seus territórios.

I. AS ÁRVORES TRANSGÊNICAS

2. Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil

([Leia a carta online e veja as assinaturas aqui](#))



Para: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil

Nós, abaixo assinados, fomos informados de que a FuturaGene, firma de biotecnologia de propriedade exclusiva da empresa de papel e celulose Suzano,

apresentou uma solicitação para o plantio comercial de eucalipto geneticamente modificado (GM).

A Suzano/FuturaGene e outras empresas, como Fibria (ex-Aracruz) e ArborGen, vêm realizando experimentos de pesquisa e de campo com árvores GM há anos. O interesse da Suzano/FuturaGene tem sido o de aumentar a produtividade de suas plantações de árvores. A empresa argumenta que a nova árvore GM irá resultar em um aumento de 20% na produtividade e, assim, elevar “a competitividade e os ganhos ambientais e socioeconômicos por meio de maior produtividade, usando menos terra e, portanto, menos insumos químicos em geral, com menor liberação de carbono, bem como tornando a terra disponível para a produção ou a conservação de alimentos, e aumentando a renda dos produtores integrados”. Essas afirmações contradizem os fatos que serão tratados a partir das informações a seguir.

Árvores transgênicas agravam os problemas provocados por plantações industriais de arvores, em vez de reduzi-los

O uso de árvores GM de crescimento mais rápido em plantações industriais vai exacerbar os já conhecidos impactos sociais e ambientais negativos causados pelas plantações industriais de árvores, além de introduzir outros, devido aos riscos adicionais inerentes à engenharia genética.

As empresas de plantação industrial de árvores há muito prometem que os ganhos de produtividade levariam a menos uso da terra. No Brasil, por exemplo, onde a produtividade das plantações de monoculturas de árvores por hectare aumentou de 27 m³/ha/ano nos anos 80 para 44 m³/ha/ano atualmente, a área coberta por plantações cresceu, passando de cerca de 4 milhões de hectares no final daquela década para mais de 7,2 milhões de hectares hoje em dia. Historicamente, portanto, não há evidências de que o aumento da produtividade tenha levado à ocupação de menos terra por plantações industriais de árvores no Brasil. A recém-formada Indústria Brasileira de Árvores (IBA), que representa a indústria brasileira de plantação industrial de árvores, afirma que pretende duplicar a área desse tipo de plantação para 14 milhões de hectares até 2020.

Suzano busca abrir novos mercados para plantações de árvores

A Suzano abriu recentemente uma nova fábrica de celulose no Maranhão, com capacidade para 1,5 milhão de toneladas/ano. Serão necessárias enormes áreas de terras cobertas com monoculturas de árvores para atender à atual demanda da Suzano por celulose, bem como a demanda adicional, especialmente seus planos de explorar novos usos da madeira com um projeto no mesmo estado, para produzir e exportar *pellets* para produção de energia, a serem queimados em conjunto com carvão no Reino Unido. O uso de biomassa para produzir energia em escala

industrial continua muito polêmico, e seus impactos sociais, ambientais e climáticos negativos já foram bem documentados.

O povo e meio ambiente brasileiros serão prejudicados

Tanto o projeto de celulose quanto o de *pellets* visa exclusivamente lucrar com novas oportunidades de mercado – que é a missão de Suzano. Enquanto os lucros dessa expansão revertem para os acionistas da empresa, os custos sociais, ecológicos e econômicos, bem como o aumento do risco para a soberania alimentar regional e a saúde serão suportados pelo povo brasileiro, e principalmente pelas comunidades locais cercadas por plantações. Já existem numerosos e graves conflitos pelo acesso à terra, e as condições de vida das comunidades cercadas pelas operações da Suzano se deterioraram a ponto de muitas delas estarem lutando para garantir sua soberania alimentar e correrem cada vez mais riscos de perder seus territórios.

Cultivos transgênicos levam a um aumento da aplicação de agrotóxicos

Além disso, não há razão plausível para esperar que o uso de “insumos químicos”, incluindo agrotóxicos, diminua como resultado do plantio de árvores GM. Pelo contrário, ele aumentará com a crescente ocupação do solo que está planejada e a intensificação dos ciclos de cultivo e o consequente esgotamento da terra e dos nutrientes. O Brasil, infelizmente, já é o principal consumidor mundial de agrotóxicos, causando prejuízos a centenas, senão milhares, de vítimas por ano, aumentando a pressão sobre os já insuficientes serviços de saúde pública. As monoculturas industriais de árvores, carentes de biodiversidade e promovidas em escala muito grande, vão aumentar em muito a aplicação de agrotóxicos. Já foi provado que é falso o argumento usado pelo lobby da tecnologia GM, de que a introdução dessas culturas – como soja e milho – resulta em menor uso de pesticidas e fertilizantes. Em países como Brasil, Argentina e Estados Unidos – pioneiros na produção de soja e milho GM – a pesquisa mostrou não uma diminuição, mas sim um aumento alarmante no uso de agrotóxicos.

Esgotando o solo e as reservas de água

Modificar geneticamente as árvores para fazê-las crescer mais rápido, enquanto se planta em uma porção de terra em contínua expansão em plantações industriais de árvores cada vez maiores, só vai levar a um maior esgotamento dos nutrientes do solo e da água doce. Isto se aplica principalmente ao eucalipto, já famoso por seu voraz consumo de água, que mostrou causar secagem total de solos, nascentes e cursos d'água ao seu redor. As comunidades que vivem em torno de plantações de árvores não geneticamente modificadas, dentro e fora do Brasil, já fizeram muitos relatos de escassez de água e esgotamento do solo. A introdução de árvores GM de crescimento mais rápido só irá agravar ainda mais esta situação.

Impactos negativos inesperados de cultivos transgenicos podem ser ainda piores com árvores transgênicas

Existem graves incertezas com relação aos potenciais impactos ambientais e socioeconômicos das árvores geneticamente modificadas. Já foram relatados impactos inesperados das culturas alimentares GM, incluindo a proliferação de ervas daninhas resistentes a herbicidas, o surgimento de pestes secundárias que dizimam os cultivos, mudanças na fertilidade, como taxas mais elevadas de cruzamento, além de maior alergenicidade. Considerando-se o ciclo de vida longo e muitas vezes complexo das árvores e sua interação com a biodiversidade, é praticamente impossível prever as consequências e os impactos das árvores geneticamente modificadas. Embora não seja nativo do Brasil, o eucalipto é plantado com frequência, e a contaminação de eucaliptos não transgênicos pelo eucalipto GM é outro risco grave, embora a FuturaGene, paradoxalmente, aponte-o como algo positivo. Alterará o caráter invasivo, atrairá novas pestes, enfraquecerá ou deterá os predadores? Essas perguntas nunca foram feitas e não há dados para respondê-las. O catálogo de riscos é alto.

Com base no histórico das plantações industriais de árvores e na introdução de culturas GM em geral, negamos a alegação da indústria de que a sociedade como um todo se beneficiaria da liberação comercial e do plantio de árvores GM. As evidências existentes apontam diretamente na direção oposta. O único benefício que vemos nesta nova tecnologia de alto risco com impacto futuro desconhecido (e um possível custo incalculável) é o de maiores lucros para os acionistas da Suzano.

Demandamos não autorizar o plantio comercial de árvores transgênicas

Pelas razões acima mencionadas, cientistas, advogados e organizações do mundo todo estão pedindo uma moratória global sobre a liberação comercial de árvores geneticamente modificadas, devido aos seus impactos sociais e ecológicos desconhecidos, mas potencialmente graves, e seus riscos econômicos incalculáveis, que recairiam esmagadoramente sobre o público.

Portanto, as organizações e pessoas abaixo-assinadas **desejam expressar sua profunda preocupação e exortar a CTNBio a não autorizar o plantio comercial do eucalipto GM pela Suzano/FuturaGene** ou por qualquer outra empresa que também tenha feito, ou venha a fazer no futuro, uma solicitação para essa liberação.

3. Fábricas de árvores: um panorama dos impactos e interesses por trás das árvores transgênicas

Boletim 206. Setembro 2014. ([Leia este artigo online aqui.](#))



A engenharia genética permite aos cientistas modificar árvores inserindo material genético de outra árvore da mesma espécie, de outra espécie de árvore, ou simplesmente de outra espécie. As tentativas de comercializar árvores transgênicas feitas por empresas de pesquisa e de plantações nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países representam um enorme risco para as florestas do mundo.

Até agora, o debate sobre organismos geneticamente modificados (OGMs) – também conhecidos como transgênicos – tem-se centrado principalmente em culturas agrícolas, e só em muito menor medida, em árvores transgênicas. Nosso foco neste boletim não está na engenharia genética de árvores frutíferas, como mamoeiro ou macieira, mas nas árvores de eucalipto, pinos, acácia e álamo usadas na monocultura industrial em grande escala, principalmente no Sul Global. No entanto, o fato de que essas árvores não serão comidas – embora o mel produzido a partir de eucaliptos transgênicos possa ser contaminado – não significa que as árvores transgênicas sejam menos perigosas. Pelo contrário, como as árvores vivem mais do que as culturas agrícolas, poderia haver mudanças imprevistas no seu metabolismo muitos anos depois de terem sido plantadas. Por exemplo, já há trabalho em andamento com árvores transgênicas para impedir sua floração, com o suposto propósito de evitar a possível contaminação das árvores naturais com pólen transgênico. O problema é que ninguém pode garantir que, 20 ou 30 anos depois de terem sido plantadas, nenhuma das milhares ou milhões de árvores transgênicas florescerá e contaminará árvores normais da mesma espécie. O impacto disso sobre as espécies em questão, sobre a floresta como um todo e sobre as comunidades que dependem dessas florestas poderia ser devastador.

Cientistas que mexem em genes para “melhorar” as árvores estão, na verdade, mudando certos atributos genéticos dessas árvores para melhor servir aos interesses daqueles que estão financiando essas pesquisas – principalmente grandes empresas de plantação de árvores – ao aumentar a rentabilidade das empresas envolvidas. Uma árvore transgênica resistente a herbicidas, por exemplo, não “melhora” coisa alguma – e sim o contrário. Essa árvore modificada permite muita fumigação de herbicidas e, como resultado, isso irá danificar o solo, destruir a

flora local, envenenar a fauna, poluir a água e afetar gravemente a saúde e os meios de subsistência das populações locais.

Quem está promovendo as árvores transgênicas e por quê?

Grande parte das pesquisas que os cientistas estão realizando com árvores transgênicas interessa principalmente à indústria de papel e celulose. Teoricamente, as árvores geneticamente modificadas permitiriam que as fábricas de celulose cultivassem mais fibra em menos tempo. Os pesquisadores estão trabalhando em árvores transgênicas resistentes a doenças, já que as grandes plantações de monoculturas são particularmente suscetíveis a elas. Árvores manipuladas para ser estéreis cresceriam mais rápido, pois concentrariam sua energia no crescimento e não na produção de flores. A indústria de celulose e papel também está interessada em árvores transgênicas com fibra mais uniforme, menos galhos, e troncos mais retos. O objetivo da indústria é substituir suas plantações de árvores atuais por árvores transgênicas, que crescem mais rápido, contêm mais celulose, são resistentes a herbicidas, insetos e fungos, resistem a secas e baixas temperaturas e não florescem.

As empresas de combustíveis e relacionadas à energia também estão se interessando cada vez mais pela manipulação genética de árvores. Árvores transgênicas de crescimento mais rápido, com menos lignina, seriam menos fibrosas, permitindo um processo mais fácil para transformar a celulose da madeira em um combustível líquido (etanol). Isso pode resultar na criação de imensas plantações de árvores transgênicas para produzir celulose, que, por sua vez, seria convertida em etanol. Além disso, a queima de *pellets* de madeira está sendo promovida em grande parte da UE como “energia renovável”, o que aumenta a demanda por madeira e promove mais projetos de plantação de árvores no Sul global. Enquanto isso, os pesquisadores estão procurando maneiras de manipular geneticamente árvores que absorvam e armazenem mais carbono, como uma suposta solução para a mudança climática.

Como isso aconteceu?

Historicamente, a indústria silvícola tem tentado “gerenciar” as florestas para atender às suas necessidades comerciais. Como resultado, foram estabelecidas plantações de árvores de uma única espécie, plantadas em linhas retas, uniformemente espaçadas, de modo a obter a maior quantidade possível de madeira por hectare. Isto levou à progressiva destruição de florestas e pastagens e à sua substituição por monoculturas industriais de árvores que nada produzem além de madeira.

Entretanto, isso não foi suficiente, e as empresas adotaram medidas diferentes para “melhorar” essas monoculturas. A Organização para a Alimentação e Agricultura

das Nações Unidas (FAO) desempenhou um papel fundamental nesse sentido, começando com a definição de monoculturas como “florestas” e apoiando o estabelecimento dessas “florestas” no Sul. Ela também promoveu pesquisas sobre as espécies de árvores consideradas mais adequadas para o plantio – especialmente eucalipto e pínus – e foi também um dos principais veículos usados para convencer os governos sobre os supostos benefícios da promoção desses tipos de plantações em seus países.

O passo seguinte envolveu a adoção gradual do pacote completo da Revolução Verde, também apoiado pela FAO: crescente mecanização do trabalho silvícola e do uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos para combater pragas ou doenças e herbicidas para evitar que outras plantas competissem com as árvores plantadas. Nesse meio tempo, a seleção genética tentou “melhorar” o desempenho das plantações em termos de rendimento de madeira, o que foi rapidamente seguido de hibridização e clonagem das árvores “melhores”. A partir dessa perspectiva reducionista, o próximo passo óbvio era modificar geneticamente as árvores.

Quais são os principais impactos e riscos?

A pesquisa com árvores transgênicas não está limitada aos laboratórios e aos testes “controlados”, também se estendendo ao campo, e com uma vasta gama de espécies. As árvores geneticamente modificadas são projetadas para ser plantadas em grandes monoculturas industriais de árvores, que já têm sérios impactos sobre as pessoas e as florestas. E essas árvores vão aumentar esses impactos. Aqui está uma pequena lista de alguns dos muitos impactos graves:

– A contaminação genética de habitats: pólen e sementes das árvores transgênicas podem ser levados muito longe pelo vento, pela água ou por insetos polinizadores. Isto significa que podem contaminar facilmente árvores localizadas a uma longa distância. Por exemplo, um pínus transgênico resistente a insetos plantado no Chile pode acabar contaminando árvores dessa espécie em seu habitat natural nos Estados Unidos, matando insetos e causando sérios impactos sobre as cadeias alimentares a que estão vinculados. A propagação também pode se dar por meio de raízes, brotos e enxertos. Este é um dos maiores riscos associados a testes de campo e plantações comerciais de árvores transgênicas. Portanto, a regulamentação em nível nacional não seria suficiente devido à dispersão em grande escala.

– O aumento da pressão sobre as florestas nativas: embora o argumento de “produzir mais madeira em menos terra”, usado pelos defensores de árvores transgênicas, pareça convincente, a crescente demanda por madeira, em grande parte vinda do Norte global, também aumenta a pressão sobre as terras. Nas últimas duas décadas, a indústria de plantações já melhorou a produtividade das árvores sem o uso da engenharia genética, mas a área de plantações industriais de

árvores não foi reduzida; ela quadruplicou no Sul global. Como as árvores podem ser manipuladas para crescer mais rápido, resistir a produtos químicos e insetos, e ser tolerantes a geadas, espera-se que elas aumentem os lucros das empresas, bem como ampliem o número de plantações. Os potenciais efeitos da liberação comercial das árvores transgênicas incluem a destruição da biodiversidade e da vida selvagem, a perda de água doce, a desertificação dos solos e impactos graves sobre a saúde humana – todos os quais, direta ou indiretamente provocam a degradação e o colapso de florestas e pastagens nativas.

– Mais água, mais produtos químicos, mais destruição: árvores modificadas geneticamente para crescer mais rápido provavelmente consumirão mais água do que as árvores usadas atualmente em plantações industriais. Isto levará a mais rios e córregos secos, mais redução dos lençóis freáticos e mais secagem de nascentes e poços. Nutrientes serão removidos do solo mais rapidamente, exigindo mais fertilizantes químicos. As árvores transgênicas crescerão mais rapidamente do que árvores nativas e podem ser muito invasivas às florestas circundantes, acumulando a vegetação e destruindo o habitat de animais e fungos que evoluíram para viver em florestas nativas.

– Aumento de violações dos direitos das comunidades locais: comunidades rurais, tradicionais e indígenas em países que promovem plantações de árvores transgênicas ou em torno deles suportarão o maior fardo dos impactos negativos. As árvores transgênicas potencializarão os já elevados interesses corporativos sobre terras e “recursos”. Ao ocupar imensas quantidades de terras e poluir os solos e cursos d’água próximos, as árvores transgênicas exacerbam direta ou indiretamente o deslocamento de mais comunidades de seus territórios, destruindo seus meios de subsistência, sua soberania alimentar e seu controle sobre seus próprios territórios.

– Riscos para a saúde humana: entre os impactos potenciais estão a exposição a produtos químicos perigosos que são aplicados às plantações de árvores transgênicas e efeitos nocivos da inalação de pólen de árvores que produzem uma toxina Bt (que produz proteínas mortais aos insetos). Os pinus, por exemplo, são conhecidos por sua polinização pesada, espalhando o pólen por centenas de quilômetros. O estabelecimento de plantações de pinus que produzem pólen Bt poderia levar a surtos generalizados de doenças. Os impactos sobre a vida selvagem e os seres humanos que consomem plantas Bt ainda não foram cuidadosamente pesquisados. Contudo, estudos com animais concluíram que a Bt permanece ativa em mamíferos que a tenham consumido e pode, na verdade, aderir ao intestino, levando a “perturbações estruturais significativas e tumores intestinais”.

– As árvores transgênicas não podem ajudar a reverter a mudança climática: a ideia de que plantar árvores pode ajudar nessa reverter é baseada na falsa suposição de

que o carbono liberado pela queima de carvão ou de óleo pode ser considerado equivalente ao carbono “absorvido” em uma árvore. O carbono fossilizado guardado sob o solo é estável e, a menos que se escave para retirá-lo e ele seja queimado, ele não vai entrar na atmosfera. Além disso, as árvores transgênicas só vão aumentar o número de plantações, e o desmatamento de florestas para plantações é um dos principais motores do desmatamento. As plantações não são florestas!

– As pesquisas com árvores transgênicas seguem a lógica do “crescimento” constante: seja para fins de produção de celulose para produzir papel, etanol líquido como combustível, biomassa para energia ou maior absorção de carbono, as árvores transgênicas agravam a violência atual do sistema econômico.

É fundamental que nos oponhamos à expansão das monoculturas de árvores e participemos da luta contra as árvores transgênicas. Para mais informações sobre os impactos das plantações de monoculturas de árvores, consulte o site do WRM; e sobre as árvores transgênicas, em particular, consulte “Árvores geneticamente modificadas: A ameaça definitiva para as florestas”, escrito por Chris Lang e produzido por WRM e Amigos da Terra-Internacional; e visite o site da campanha contra as árvores transgênicas, *STOP GE trees campaign*.

4. “Os transgênicos não são bem vindos”: Entrevista com André Dallagnol

Boletim 212. Março 2015. ([Leia este artigo online aqui.](#))



Futuragene, empresa da Suzano Papel e Celulose, um dos maiores produtores de celulose e papel do Brasil, solicitou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do país liberar as plantações comerciais de um certo tipo de eucalipto geneticamente modificado (GM) chamado “Evento H421”. No entanto, a 05 de março, quando a reunião da CTNBio sobre o pedido da Futuragene estava perto de começar, próxima de 1000 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tomou o viveiro do Futuragene em São Paulo, onde a variedade de eucalipto transgênica está sendo testado. Enquanto isso, outros 300 camponeses organizados pela Via Campesina interromperam a reunião que teve lugar na

CTNBio em Brasília. A reunião foi adiada para 09 de abril e nenhuma decisão sobre o eucalipto GM foi tomada.

Tendo sido presente durante as ações na reunião da CTNBio, você poderia nos dizer como se viveu esse momento de resistência?

Na minha avaliação esse foi um momento histórico, pois é quando representantes da sociedade civil dizem aos cientistas, e às empresas que estavam presentes, que os transgênicos não são bem vindos, e que não é mais tolerado o discurso meramente técnico e que não leva em consideração os impactos socioeconômicos dessas tecnologias na sociedade, como é o caso dos impactos para a apicultura, no caso do Eucalipto.

Por que você acredita que os movimentos camponeses brasileiros vejam tanta importância na necessidade de impedir a liberação de eucalipto GM?

Penso que essa é uma reação natural às constantes aprovações comerciais de Organismos Geneticamente Modificados, com critérios cada vez mais desapegados dos riscos dessas tecnologias. Para se ter uma ideia, naquele mesmo dia, mais cedo, foram aprovadas duas variedades de Milho e Soja tolerantes ao 2,4-D (componente do agente laranja, sabidamente uma arma química), e outro transgênico, chamado stacked, que combina duas alterações genéticas diferentes dentro da mesma semente.

Além disso, o próprio eucalipto, que é uma espécie exótica no Brasil tem se apresentado como um grande inimigo dos Camponeses e dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, justamente pelos impactos que já são causados pelas variedades não modificadas geneticamente e que são potencializados na variedade transgênica, especialmente as relacionadas ao consumo de água (há relatos de esgotamento dos recursos hídricos para comunidades inteiras onde há intensos monocultivos de eucaliptos, lugares que passam a ser chamados de desertos verdes), além da necessidade de uso intenso da pulverização aérea de agrotóxicos que se espalham por longas distâncias atingindo, novamente, as comunidades vizinhas.

Quais são os principais argumentos usados por Futuragene (Suzano) para promover o lançamento das árvores transgênicas? e Por que você acha que Futuragene apresentou o seu pedido no Brasil?

O principal argumento é a redução, em 20%, do intervalo entre o plantio e o corte, o que representaria teoricamente uma maior produtividade em um menor espaço físico, ou seja, trata-se de um argumento puramente econômico.

Há ilações no sentido de que essa nova espécie seria mais “ecologicamente correta” que as tradicionais, mas isso é falácia, porque é justamente nos cinco

primeiros anos de vida da planta que ela mais consome água, ou seja, na prática os últimos dois anos de vida da árvore contribuiria como uma espécie de pouso do solo.

Trata-se de uma tecnologia experimental sobre a qual não se tem certeza a respeito de sua segurança, e, assim como aconteceu com a aprovação do primeiro mosquito geneticamente modificado, percebe-se uma tendência de se procurar países menos rígidos em relação aos padrões de segurança.

Diante das brechas possibilitadas pela Lei de Biossegurança nacional e da cegueira proposital da maioria dos cientistas que compõem a CTNBio, o País vem sendo visto como uma ótima cobaia para aprovações comerciais desse nível.

Se a CTNBio aprovou a aplicação da FuturaGene (Suzano), estaria a Comissão indo contra a lei brasileira ou acordos internacionais?

A legislação brasileira admite algumas brechas importantes para as aprovações comerciais, tais como a avaliação dos impactos socioeconômicos somente em uma espécie de “segunda instância” da CTNBio, o CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança), que em toda a existência da CTNBio se reuniu apenas duas vezes. Assim é possível a aprovação comercial mesmo sem qualquer avaliação de impactos socioeconômicos. Além disso, pela Lei nacional, a CTNBio acabou usurpando uma competência que era dos órgãos ambientais, no sentido de dispensar estudos de impactos ambientais.

Como se tudo isso não bastasse, quem produz os estudos são sempre as empresas e estudos independentes sempre são desconsiderados pela maioria dos cientistas que compõem o órgão.

Existe, atualmente, uma moratória relativa internacional relacionada à liberação de árvores transgênicas. Digo relativa porque ela condiciona a apreciação de liberações comerciais à elaboração de estudos, que foram realizados, apesar de serem conduzidos pela própria interessada na liberação e de não conter elementos relacionados aos riscos à saúde humana, animal, ao meio ambiente e impactos socioeconômicos.

Haveria opções legais para resistir isto? Será que é possível dentro do sistema brasileiro barrar a liberação comercial?

Entendemos que é possível recorrer às esferas judiciais para tentar barrar a liberação comercial de mais esse OGM, porém existe um grande receio por parte dos juízes quando se trata de assuntos científicos. Eles não se sentem capacitados tecnicamente para se ‘intrometer’ nas decisões dos cientistas, muitas vezes ignorando o fato de a ciência não ser imparcial e estar aliada a interesses econômicos, como é o caso em tela.

A linha a ser percorrida judicialmente, em regra, deve ser relacionada a aspectos formais do processo de liberação comercial, ou seja, algum descumprimento expresso da legislação nacional e/ou internacional.

Quais são as empresas ou grupos empresariais você acredita que estão fazendo atividades de lobby com o CTNBio para aprovar as árvores geneticamente modificadas? Você sabe de outra(s) empresa(s) que já solicitaram à aprovação da CTNBio para a liberação comercial de variedades transgênicas de árvores?

Penso que esse é um projeto que não interessa somente à uma empresa, como é o caso da Futuragene, e que esse é um processo para “abrir as portas” à uma nova série de árvores GMs. Não tenho conhecimento de outros pedidos de liberação comercial.

Quais são os principais riscos que seriam gerados se Futuragene fora para liberar árvores GM no Brasil? Quais são os principais impactos potenciais denunciados pelos movimentos sociais?

Para além de se abrir um precedente histórico a nível mundial, com a aprovação de árvores transgênicas, importa afirmar que há denúncias de pesquisadores relacionadas à possibilidade de contaminação genética de outros eucaliptos, e, a mais alarmante de todas, na produção de mel.

Essa árvore tem um papel importante na produção de mel como uma das principais fontes de pólen para as abelhas e não há estudos conclusivos em relação aos malefícios para a saúde tanto das abelhas quanto dos consumidores expostos ao mel contaminado pelo pólen transgênico do eucalipto.

As variedades naturais de eucalipto, são conhecidas por arruinarem o solo, acabando com as reservas de água e afastando a fauna da região, além disso é possível que existam impactos relacionados à elevação do consumo de água, e estamos falando disso em meio a uma crise hídrica sem precedentes em várias cidades no Brasil, além dos riscos relacionados à intensificação do uso de agrotóxicos.

Quais são as expectativas que é possível ter em relação à próxima reunião a ser realizada em 09 de abril?

Ainda não é possível mensurar as expectativas, o que se sabe é que certamente a segurança estará mais reforçada e a participação social tende a ser ainda mais limitada do que na reunião anterior.

Os movimentos sociais deram o recado de que não irão tolerar mais transgênicos e há possibilidade de que mecanismos judiciais sejam acionados para evitar mais essa aprovação comercial.

*André Hl Dallagnol andrehld@terradedireitos.org.br
Assessor Jurídico, Terra de Direitos, Brasil*

II. PLANTAÇÕES NO BRASIL

5. Agronegócio e injustiça ambiental: os impactos sobre a saúde das mulheres do campo

Boletim 236. Março 2018. ([Leia este artigo online e veja as referências completas aqui.](#))



Nas últimas décadas, os países da América Latina viveram intervenções decorrentes de políticas desenvolvimentistas pautadas pela intensa exploração da natureza e exportação de bens primários com baixo valor agregado; conseqüentemente setores como o agronegócio e a mineração foram fortalecidos. No Brasil, isso significou o avanço das fronteiras agrícolas ocasionando **uma série de injustiças ambientais e de impactos sobre a saúde**, uma vez que o modelo de produção do agronegócio é caracterizado pela expansão das monoculturas, pela concentração de terras, pela mecanização da produção, pela proletarianização das populações do campo e pelo uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Dialogando com esse cenário, o Núcleo Tramas – Trabalho, Ambiente e Saúde, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolve, há mais de 10 anos, estudos e pesquisas relativos aos **impactos sobre o ambiente e sobre a saúde das populações que vivem em área de uso de agrotóxicos**. O foco principal de nossas pesquisas tem sido o território da Chapada do Apodi – localizado na região do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, nordeste do Brasil. Desde a década de 1980, a Chapada do Apodi vem sendo alvo de políticas de irrigação que a transformaram num dos polos de desenvolvimento agrícola do semiárido nordestino, principalmente a partir da implantação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi.

Em 2010, o Núcleo Tramas – UFC já indicava que o avanço do agronegócio – e conseqüentemente dos monocultivos –, havia provocado violentos processos de desterritorialização e desencadeado tensões sobre o modo de viver e produzir das

comunidades locais. Os resultados das pesquisas demonstraram **um grave quadro de contaminação ambiental e humana por agrotóxicos e apresentaram o aprofundamento de problemáticas sociais** capazes de repercutir sobre o ambiente, o trabalho e a saúde da população daquele território.

Compreendendo que **as consequências negativas dos processos de injustiça ambiental recaem de maneira desproporcional sobre as populações mais vulnerabilizadas e, conseqüentemente sobre as mulheres**, a partir de 2013, o Núcleo Tramas – UFC deu início ao *Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará*. Considerando as desigualdades das relações de gênero, investigaram-se as formas pelas quais a organização, a divisão sexual e a precarização do trabalho na cadeia produtiva do agronegócio impactou a saúde das trabalhadoras, e analisaram-se as transformações territoriais decorrentes desse modelo de produção e as conseqüentes alterações nos determinantes sociais de saúde que afetam diretamente as mulheres.

A divisão sexual e a precarização do trabalho

Em relação ao trabalho das mulheres, observou-se que este é marcado por uma **acentuada divisão sexual que as relega a postos de trabalho muito específicos**. Verifica-se que, além das condições insalubres, o trabalho comumente destinado às mulheres exigem uma cadência e um ritmo acelerados, além de uma série de habilidades tais como destreza, atenção e paciência. Conforme nos lembram Marcondes et al (2003), **por serem as mulheres associadas à esfera do trabalho reprodutivo, essas habilidades passam a ser vistas como naturalmente femininas e, portanto, não são devidamente valorizadas, embora sejam largamente aproveitadas pelos empregadores**. Desse modo, as qualificações femininas são desvalorizadas e acabam não repercutindo em melhorias salariais; ao contrário, o que observamos é que **as mulheres são mais mal remuneradas** uma vez que os ganhos por produtividade são maiores para os homens – pelo menos o dobro –, mesmo que o aumento da produção deles dependa diretamente da aceleração do ritmo do trabalho delas.

Outra questão relacionada à divisão sexual do trabalho diz respeito à compreensão de que o trabalho realizado pelas mulheres seria mais leve; no entanto, aprofundando a análise observamos que **outros riscos estão associados às funções que elas desempenham, tais como: a repetição de movimentos, o ritmo intenso e as posturas inadequadas**. Encontramos um cenário de muitas trabalhadoras adoecidas por LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho) em decorrência de posturas desfavoráveis, esforço repetitivo e impossibilidade de se movimentar livremente. Porém, verificou-se que suas queixas são tratadas pelas empresas como inespecíficas e que elas encontram grandes resistências para mudar de função ou mesmo para receber acompanhamento médico adequado.

Um dos fatores agravantes das condições insalubres do trabalho desempenhado pelas mulheres é **a convivência com produtos químicos desconhecidos e agrotóxicos**, característica do modelo agrícola pautado na monocultura. O Dossiê ABRASCO alerta que entre “os impactos à saúde relacionados ao processo produtivo do agronegócio, os de maior relevância para a saúde humana e ambiental são as poluições e/ou contaminações e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à aplicação de agrotóxicos”. Observamos que o uso intensivo e abusivo de agrotóxicos aliados a pouca informação e comunicação ineficiente contida nos rótulos dos produtos dificulta a percepção dos riscos pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras e pela população em geral. Não por acaso, verificamos que as participantes da pesquisa não sabiam identificar a quais produtos químicos eram expostas, no entanto, todas reclamaram de sentir o odor dos produtos e relataram que, dependendo da atividade na qual eram alocadas, podiam sentir os efeitos da exposição aos agrotóxicos no corpo e apresentavam sintomas como irritações na garganta, nos olhos e no sistema respiratório. A pesquisa identificou ainda uma série de violações de direitos cometida pelas empresas, tais como: **jornadas de trabalho extenuantes e que excedem a legislação em vigor; não pagamento de horas extras, além da obrigatoriedade de realização das mesmas; ambientes de trabalho insalubres que expõem as mulheres a riscos de acidentes; práticas de assédio moral; negligência aos direitos específicos das trabalhadoras gestantes ou em período de amamentação.**

Embora as mulheres indiquem que o agronegócio possibilitou a inserção delas no mundo do trabalho produtivo, observamos que essa inserção ocorre de forma precarizada e subordinada, reproduzindo e acentuando as desigualdades de gênero existentes na sociedade. **A dupla jornada de trabalho é intensificada, pois as mulheres continuam sendo responsáveis pelo trabalho reprodutivo e precisam conciliar com as longas jornadas de trabalho impostas pelas empresas.** O aumento da participação delas na esfera produtiva não reduz a sua participação na esfera reprodutiva, ao contrário, as mudanças ocasionadas pelo redimensionamento do tempo promovem uma articulação perversa entre trabalho produtivo e reprodutivo que aprofunda a desigualdade entre homens e mulheres.

Refletir sobre o processo saúde-doença das mulheres que vivem num território impactado pelo agronegócio exige compreender não só a participação delas no mundo do trabalho produtivo, mas também perceber como a esfera produtiva se articula com a reprodução social da vida. Desse modo, a pesquisa revelou que **as transformações territoriais impostas pelo agronegócio impactam não apenas aquelas que estão empregadas nas empresas agrícolas, uma vez que todas as mulheres que vivem naquele território passam a ser expostas a processos de vulnerabilização.**

Entre as transformações territoriais observadas na Chapada do Apodi, apontadas pelas mulheres como potencialmente danosas a sua saúde física e mental, foram indicadas: a perda do acesso a terra; a concentração da água nas mãos das grandes empresas gerando escassez hídrica; a contaminação da água e do solo por agrotóxicos; o aprofundamento do contexto de insegurança alimentar; **o intenso fluxo migratório de trabalhadores do sexo masculino, ocasionado pela sazonalidade do trabalho nas empresas, provocando o aumento dos casos de gravidez precoce e exploração sexual**; o aumento do tráfico de drogas, possivelmente impulsionado pelo crescimento desordenado dos municípios; e o **aumento da violência**. Essas transformações impactam os determinantes sociais de saúde e recaem de forma mais acentuada sobre as mulheres uma vez que, numa sociedade patriarcal, marcada pelas desigualdades de gênero, ainda são elas as maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social, portanto pelos cuidados com a saúde não apenas delas, mas também do núcleo familiar e comunitário.

Não por acaso, são elas também que exercem o protagonismo no que diz respeito à vigilância dos riscos e agravos à saúde que são decorrentes do modelo agroexportador. Observaram, por exemplo, o **nascimento de crianças com malformações congênitas e casos de puberdade precoce em meninas**, os quais foram estudados por Aguiar (2017), através de anamnese clínica, avaliação da exposição ambiental e ocupacional do núcleo familiar aos agrotóxicos, análise de ingredientes ativos de agrotóxicos no sangue e na urina, bem como na água consumida em seus domicílios. Nos oito casos estudados, a pesquisa permitiu afirmar a relação entre os agravos e os agrotóxicos, referendando a percepção das mulheres da comunidade que haviam formulado esta hipótese.

Assim, observamos que **as mulheres tecem pontes e nexos entre as situações de injustiça ambiental e a contaminação por agrotóxicos com o aumento dos processos de vulnerabilização e impactos sobre a saúde**, tais como: o crescimento dos casos de câncer, o surgimento de casos de malformação congênita e de puberdade precoce, a incidência de casos de LER/DORT, entre outros problemas de saúde que passaram a crescer exponencialmente naquele território, desde a chegada das empresas agrícolas. Assim, no contexto comunitário, elas têm sido as maiores responsáveis pelo diálogo estabelecido com a universidade trazendo demandas de pesquisas e apontando caminhos que nos ajudam a compreender e a analisar a complexa trama que se desenvolve a partir das injustiças ambientais desencadeadas pelo agronegócio naquele território.

Mayara Melo, professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e pesquisadora do Núcleo Tramas (UFC).

Raquel Rigotto, coordenadora do Núcleo Tramas (UFC) e membro do GT Saúde e Ambiente da ABRASCO.

6. Brasil: o cerrado e a cidade de Três Lagoas sob o controle das madeiras

Boletim 237. Abril/Maio 2018. ([Leia este artigo online e veja as referências completas aqui.](#))



Quando se visita Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, a presença ostensiva das empresas de celulose e papel em todos os cantos da cidade chama muito a atenção. Nos últimos anos, a região apresenta a maior expansão de monoculturas de eucaliptos no Brasil, que foram se apropriando não somente das áreas ocupadas por outras atividades no campo, mas também da cultura e da imagem da cidade, da política e dos programas sociais.

Nesta região, duas empresas são abastecidas por mais de 500 mil hectares plantados com eucaliptos e são representativas do poder econômico do setor: a Fibria, recentemente comprada pela Suzano, tem, só nas indústrias de Três Lagoas, capacidade total de produção de 3,25 milhões de toneladas de celulose por ano, e a Eldorado, que fora comprada em 2017 pela Paper Excellence, produz cerca de 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano no município. Independentemente do nome da transnacional ou do grupo econômico nacional, **trata-se da expansão de um modelo de produção em grande escala que apenas beneficia as grandes empresas e prejudica as comunidades rurais.**

As empresas de celulose chegam a esta região porque encontram as condições mais vantajosas e favoráveis para se estabelecer: preços baixos da terra, muita terra disponível em poucas mãos, incentivos fiscais, legislação flexível, ausência de movimentos sociais articulados e organizados que façam resistência. E, sobretudo, têm ali a cumplicidade dos governos que, como parte de um modelo de ‘desenvolvimento’, priorizam o ‘grande’ em detrimento dos assentados, camponeses, indígenas e outras comunidades locais

O WRM, em coordenação com núcleo de estudos e pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), fez uma visita a Três Lagoas e sua região no final de 2017. Além da cidade, visitamos vários assentamentos e comunidades rurais, onde observamos que as empresas tinham todas essas condições para se implantarem com sucesso. Uma assentada afirmou: **“Se a terra dá lucro para o grande, por que vão usar para os pequenos? Se pudessem pegavam uns ganchinhos e tiravam a gente [daqui]”**.

Neste artigo mostraremos como a noção de público acaba se confundindo com a de privado, em um processo que deixa a população local dependente das empresas,

econômica e simbolicamente, cultivando uma perspectiva de que é impossível uma mudança no contexto atual.

Assentamentos: omissão e dependência

Na região de Três Lagoas, o monocultivo de eucaliptos se expande sobre antigas pastagens de fazendas, arrendadas às empresas de celulose. São os assentamentos de reforma agrária que quebram a monotonia da paisagem repleta de plantações de árvores, com as roças e criação de animais. No entanto, **as empresas avançam nesses territórios com ‘planos de desenvolvimento’, compostos por projetos sociais que encontram eco em função da omissão deliberada do Estado** no que diz respeito à implantação das políticas públicas.

As famílias, assim, tornam-se ‘dependentes’, seja pela participação nos projetos sociais – que vão de formação de professores a cursos de agroecologia e distribuição de sementes e insumos –, seja pelo fato de que muitos assentados, para complementar a renda, acabaram se tornando trabalhadores nas plantações.

“Se for falar que vive do lote, não vive. O Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] não deu nada; depois chegaram as empresas e aí que o Incra não deu mais nada mesmo. A gente estava aqui antes do eucalipto, não no assentamento, mas acampados, a luta não anda pra trás”, relata uma assentada.

O grupo da UFMS chama esse processo de **“privatização da reforma agrária”**. São as empresas que acabam implantando projetos que fazem vezes de ‘política pública’. Com isso, as empresas têm controle sobre os projetos e, conseqüentemente, exercem uma forma de controle sobre os assentados. Os projetos sociais são uma das principais ferramentas das empresas para cumprir dois objetivos: **neutralizar a resistência das comunidades e obter certificação florestal que lhes dá aparência de serem ‘verdes’ e socialmente responsáveis**.

O silenciamento sobre os impactos das plantações vem do fato de que a denúncia deles pelas famílias assentadas ou indígenas pode significar a perda do acesso aos benefícios e projetos sociais, que deveriam ser direitos garantidos pelo Estado.

Cercados pelas plantações de eucalipto, os assentados também sofrem com a aplicação de produtos químicos e com o ataque de suas lavouras por animais como porco do mato, antas, araras e tucanos. Em todas as comunidades, ouvimos relatos de que os bichos atacam os cultivos porque foram desterritorializados.

Um assentado falou que a **“função social do assentamento é alimentar os animais silvestres”**.

“Estamos com muitas dificuldades para plantar por causa dos bichos. Planta milho, tem ataque de aves. Já vi tucano comendo abóbora verde. Não tem frutas mais. No papel das empresas, a beira de córrego é preservada, mas não é, não sobra nada para os bichos”.

Outra constatação das comunidades diz respeito ao impacto nos cursos de água. Depois da chegada dos plantios em grande escala de eucaliptos, as comunidades afirmam que a água está diminuindo. **“Antes sempre havia água, agora acabou, secaram rios e córregos. Meu marido ia pescar em lagos que já não existem”.** O bioma na região é o Cerrado, considerado uma ‘caixa de água’ ou uma ‘floresta com a cabeça para baixo’. As raízes profundas de suas árvores abastecem o lençol freático, o que deixa de acontecer com as plantações que, ao contrário, consomem imensas quantidades de água.

Expulsão do campo

As mudanças no uso da terra pelas plantações de eucalipto geram muitos impactos: na gente, na flora e na fauna, no solo e na água. Antes da chegada das indústrias de celulose, a região era majoritariamente ocupada pelo gado. Apesar de o modelo pecuário também ser nocivo, comparativamente nota-se uma mudança para pior nas relações sociais no campo: relatos apontam que muitas famílias moravam nas antigas fazendas onde, ainda que com apenas um membro assalariado, também podiam plantar e ter animais para leite ou corte. Com o arrendamento dessas fazendas, as famílias se viram obrigadas a se mudar para o núcleo urbano de Três Lagoas, onde têm de viver de salário e comprar seus alimentos.

“Na cidade até mamão verde tem que comprar”.

“Tinha mais emprego do que no eucalipto. Agora nas fazendas arrendadas derrubaram até as casas. Pessoas foram obrigadas a migrar pra buscar trabalho em outras regiões”.

Com isso, há uma dissolução do tecido social: as pessoas que foram para a cidade mal veem os filhos, em função das jornadas e das distâncias percorridas diariamente entre as moradias e as frentes de trabalho: **“não educa, não vê os filhos crescerem e traz mais pobreza e enche a periferia”.**

Essa dissolução impacta também as escolas do campo: ocorre uma rotatividade grande no número de alunos (na escola do distrito de Arapuã, a rotatividade é de 50 alunos por mês) e muitas unidades acabaram fechadas pela redução do número de alunos como consequência da mobilidade dos trabalhadores e suas famílias (por exemplo, no distrito de Garcias, onde já existiu até estação ferroviária).

A rotação de alunos torna o dia a dia do corpo docente penoso, e afeta a qualidade do ensino. **“É muito triste ver a nossa realidade.** Nossa escola que tinha 100% de

aprovação na universidade pública, no ano passado tivemos aprovados dois alunos apenas em faculdades privadas”, desabafa uma professora do Arapuã.

É possível resistir?

A presença das empresas está por todos os lados: nas escolas, na mídia, nas atividades públicas. Com símbolos e propagandas, vai criando uma espécie de ‘cultura do eucalipto’. Popularmente conhecida como “Cidade das Águas”, nos últimos anos Três Lagoas ‘ganhou’ –segundo as autoridades– o título de “Capital Mundial da Celulose”, devido ao crescimento do setor e a transição da agropecuária para a industrialização e plantio de monoculturas de eucaliptos na região.

Se a chegada das empresas ‘movimenta’ a economia, há outros impactos negativos que muitas vezes não são associados à sua implantação. Entre eles, a exploração sexual de mulheres e meninas, problemas trabalhistas e de estrutura na cidade e no campo – que não estão preparados para receber o contingente de pessoas que é atraído pela promessa de emprego nas indústrias.

Numa primeira impressão, parece que ‘tudo esta perdido’, que as empresas têm um controle total no campo e na cidade. Mas, depois de falar com as comunidades camponesas, sentimos que as famílias estão conscientes disso, mas tentam aproveitar os projetos sociais para conquistar sua independência.

Com o pouco recurso que algumas famílias receberam das empresas – que seriam papel do governo e que para as empresas são como esmolas –, foram capazes de produzir alimentos que não são somente uma fonte de renda, mas também uma afirmação de sua dignidade. Vemos isso como uma forma de resistência, ainda que silenciosa.

Também na UFMS existem pesquisas que apontam críticas ao modelo de monocultura de árvores em grande escala, que tentam levantar a discussão junto ao governo e à população da cidade sobre os impactos, promovendo, por exemplo, debates e visitas de campo. Por outro lado, a UFMS tem promovido alguns projetos para apoiar e promover a produção dos assentados, como são as feiras no prédio da Universidade, ou o projeto de venda de sacolas com alimentos. O que está em questão são dois projetos diferentes de presente e futuro para o campo e a cidade de Três Lagoas.

Lizzie Díaz, lizzie [at] wrm.org.uy

Integrante do secretariado internacional do WRM

7. Brasil e os direitos sobre a terra: uma luta histórica que continua e se intensifica



Entrevista com Roberto Liebgott, coordenador da Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Brasil

WRM: *A forma como o Brasil reconhece os direitos indígenas na lei tem sido um exemplo para outros*

países do mundo, tem servido de inspiração para povos indígenas e suas lutas em outros países. O que você destacaria sobre essa forma?

Portugal, no ano de 1537, necessitava de um posicionamento da Igreja sobre a possibilidade de submeter (ou não) à escravidão os seres “descobertos”. O Papa Paulo III, emitiu uma bula intitulada a “*Sublimus Dei*” na qual reconhece que os “índios” seriam pessoas capazes de receber a fé católica.

Atrevo-me a fazer referência a este documento do século XVI para demonstrar que a “questão dos índios” já se colocava nos primeiros momentos da invasão europeia. A resposta do Papa confirma o anseio da Igreja para torná-los “cristãos” e, ao mesmo tempo, afirma a necessidade de assegurar-lhes a liberdade e a posse de sua propriedade. As três preocupações centrais manifestadas pela Igreja/Estado – almas convertidas, liberdade e propriedade – colidem com as expectativas coloniais que ao longo dos séculos teve como características principais a escravização, a exploração, a conquista, o domínio e o extermínio. Esses processos ligam-se ao domínio sobre os povos originários e sobre suas terras. As disputas territoriais vêm se processando ao longo destes mais de cinco séculos, através de diferentes meios e estratégias, com efeitos devastadores sobre as comunidades e povos indígenas.

Já a partir do início do século XX, vemos que a política indigenista sustentou-se na identificação dos “grupos indígenas” para promover sua remoção e confinamento em reservas que seriam criadas pelo Estado. Esta política de remoção estava alicerçada em um duplo objetivo: integrar os índios à sociedade nacional e entregar suas terras aos projetos de expansão econômica – para a construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, para a instalação de mineradoras, madeireiras e a promoção da agricultura e pecuária. Constatava-se que os “ditos índios” – como referiu o Papa Paulo III em 1537 – não estavam extintos e sua permanência nas terras seria um obstáculo para a sua exploração.

A política assimilacionista foi superada na Constituição Federal de 1988. Os direitos assegurados no Capítulo VIII e nos artigos 231 e 232 são conquistas dos povos indígenas decorrentes de mobilizações que antecederam a este período, inclusive durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

O Capítulo VIII da Constituição, intitulado “Dos Índios”, em seus artigos 231 e 232 explicitam o reconhecimento à identidade cultural própria e diferenciada dos povos indígenas, bem como os seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado demarcá-las. Nota-se que, em que pese tais direitos não estejam dispostos no rol dos direitos e garantias fundamentais, os mesmos são compreendidos como tais, portanto, de aplicação imediata. Portanto, **a atual Constituição Federal redefine as relações do Estado com os povos indígenas: de tutelados, estes passam a condição de sujeitos de direitos individuais e coletivos. A Constituição reconhece também o pluralismo étnico e cultural e assegura aos índios o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado demarcá-las.**

Contudo, vale ressaltar que apesar dos avanços constitucionais, os governos das últimas décadas que administraram e administram o Estado negligenciam e negociam os direitos indígenas. Há em curso uma política enraizada em conceitos e concepções genocidas.

Dentre as estratégias anti-indígenas assumidas pelo atual governo brasileiro, está a tese do marco temporal da Constituição de 1988 que visa a impor a necessidade da presença dos povos e comunidades na posse da terra à data de 05 de outubro de 1988 ou, caso nelas não estivessem, impor a regra de que deveriam estar postulando-as judicialmente ou disputando-as fisicamente. Os povos que não atendem a estas condições perderiam o direito à demarcação da área reivindicada.

Sobre isso, caberiam pelo menos duas indagações. A primeira: como alguns povos indígenas poderiam estar em suas terras em 1988, se delas foram expulsos, alguns há mais tempo e outros menos tempo, com o consentimento, participação ou por meio da omissão do Estado? Além disso, estes povos nunca perderam a relação com as terras tradicionais e, se não retomaram antes, foi porque estavam impossibilitados. A segunda: como poderiam os indígenas estar em litígio por suas terras em 1988, se até então eram ainda tutelados, não considerados sujeitos de direito?

Confiamos que o Supremo Tribunal Federal assumira, nos julgamentos das ações acerca das demarcações de terras indígenas e quilombolas, como eixo de interpretação, os preceitos constitucionais e não os interesses políticos e econômicos. Mas, se eventualmente for consolidada a tese do Marco Temporal, aniquilam-se os direitos indígenas e quilombolas, e como consequência as terras, mesmo aquelas demarcadas ao longo das últimas décadas, poderão sofrer um revés em função dos interesses econômicos e virem, por consequência, a serem revisadas.

Portanto, o governo busca impor a vontade e os interesses dos exploradores sobre os direitos indígenas e quilombolas e, na prática, faz o direito retroceder. Essa é a

estratégia. E pior, negociam com aqueles que se encontram na administração dos Poderes Públicos benesses e favores submetendo o direito a uma condição vulnerável, o qual vale apenas para os que detêm ou são os selecionados e acolhidos pelos interesses econômicos hegemônicos ou em disputa, transformando o direito num privilégio, como se vivêssemos num regime de exceção.

Lamentavelmente é o que parece ocorrer no atual contexto político e jurídico em nosso Brasil.

WRM: O que é que a legislação brasileira diz sobre outros direitos, por exemplo, de empresas e grandes fazendeiros que têm interesse nas terras indígenas para fazer mineração, grandes represas, monoculturas agrícolas, etc., e muitas vezes se impõem sobre os direitos indígenas?

O texto constitucional determina que o Estado brasileiro deve promover a demarcação das terras, reconhecendo os direitos originários e imprescritíveis dos índios à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo, nos rios e lagos das áreas caracterizadas como sendo de ocupação tradicional. Há, além disso, a obrigação da União em proteger, fiscalizar e fazer respeitar todos os bens, inclusive os imateriais, tais como culturas, costumes, crenças e tradições de cada povo.

Faço referência também ao que determina o Artigo 20, inciso XI, da Constituição. Nele fica estabelecido que as terras tradicionais indígenas são bens da União e, portanto, a propriedade não é indígena. Essa norma protege não somente a ocupação física da terra, mas também o direito à ocupação tradicional. Extrai-se deste conteúdo, combinado com o artigo 231, que o uso da terra não se restringe aos aspectos econômicos e sociais, pois projetam uma expectativa futura, onde os povos tenham condições de se expressarem (social, política e economicamente) a partir das suas diferenças étnicas. E é obrigação do Estado assegurar-lhes proteção às áreas ambientais, aos espaços sagrados e àqueles de caráter simbólico, tendo como referência o futuro do povo.

O direito à posse da terra é explicitado como direito originário, portanto não depende de titulação e precede os demais direitos (Art. 231, caput). Por isso que o parágrafo 6º deste artigo expressamente estabelece que os títulos que incidem sobre uma terra indígena são declarados nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos.

O parágrafo 2º do artigo 231 diz que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas que não se encontram no subsolo. Vale ressaltar, no entanto, que a possibilidade de exploração dos recursos naturais só será permitida em caso de relevante interesse público da União, e esta depende de lei complementar (que ainda não foi aprovada). Em relação às ocupações de boa-fé, o mesmo artigo estabelece que a União deve

indenizar as benfeitorias construídas pelos ocupantes – edificações, plantações perenes, por exemplo – mas não há previsão de indenização pela terra.

WRM: *A Constituição brasileira deu prazo de 5 anos a partir da sua promulgação em 1988 para demarcar as terras indígenas em todo o país. Mas isso não tem acontecido, muito pelo contrário. Quantas são as terras indígenas que ainda aguardam pela demarcação e quais têm sido as principais forças e suas estratégias para impedir que a Constituição fosse cumprida neste ponto?*

No que tange a consolidação dos direitos à terra – sua posse e usufruto – as Disposições Constitucionais Transitórias (Artigo 67) determinam que o Estado brasileiro teria o prazo de 5 anos para a conclusão das demarcações das terras indígenas, tendo encerrado em 5 de outubro de 1993. Ainda hoje, no Brasil, existem, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 1.296 terras, sendo que destas 640 estão regularizadas e as demais encontram-se paralisadas ou os procedimentos de demarcação não foram iniciados ainda pelo órgão indigenista.

O não cumprimento da Constituição Federal no que tange as demarcações se dá, no meu entender, por conta dos interesses econômicos, notadamente dos empresários do agronegócio, da mineração, das empresas de energia, e das madeireiras. Há, no fundo destas disputas, três argumentos que tentam fazer o convencimento da população, de políticos, do legislativo e do judiciário para se contrapor às demarcações.

O primeiro argumento é que nos movimentos em defesa das demarcações de terras indígenas haveria algum tipo de complô de interesses estrangeiros contra a nação; basta lembrarmos que as terras indígenas são bens da União, que devem ser protegidas e resguardadas ao uso exclusivo dos povos indígenas. Este dispositivo legal é suficiente para mostrar que, se há interesses estrangeiros sobre terras brasileiras, certamente as áreas indígenas seriam as menos suscetíveis, porque qualquer investimento sobre elas, que não possua a autorização do Congresso Nacional, é considerado ilegal.

O segundo argumento se sustenta na ideia de que “é muita terra para poucos índios”, filia-se a um entendimento de que as terras são recursos necessários ao desenvolvimento nacional e que, por isso, devem ser produtivas. Nessa direção, indaga-se sobre o porquê de os índios quererem “tanta terra” acionando-se uma lógica racista a partir da qual se avaliam as formas de viver e de trabalhar de todos os povos e culturas a partir dos critérios ocidentais e de uma racionalidade neoliberal, tomada como universal. Por essa ótica racista, só trabalha quem efetivamente faz a terra “produzir”, aproveitando seus potenciais; em oposição, aqueles que desenvolvem uma relação mais respeitosa com o ecossistema e uma

atitude preservacionista são vistos como sujeitos que não trabalham, não têm ambição, não sabem dar valor (econômico) à terra.

O terceiro argumento trata da ideia corrente de que, a pretexto de demarcar terras para índios, não se poderia cometer injustiças com os agricultores que produzem o alimento da população. Para entender essa questão, é necessário retomar alguns aspectos históricos que nos levam à situação atual, em que índios e agricultores disputam as mesmas terras.

Nas primeiras décadas do século XX, os governos empenharam-se em promover a ocupação territorial e a colonização de espaços considerados “devolutos”. Há registros dessa época de inúmeras práticas de “limpeza étnica”, a partir das quais aldeias inteiras foram exterminadas. Centenas de outras comunidades foram expulsas e tais remoções forçadas ao longo da história originam os conflitos contemporâneos. São aquelas terras, loteadas e vendidas pelos governos em décadas anteriores, que agora estão sendo pleiteadas para demarcação. Tanto do lado dos povos indígenas e quilombolas, quanto do lado dos agricultores (que hoje residem sobre as terras), há muitos homens e mulheres que vivenciaram aquele período e que relatam os acontecimentos, indicando que nas terras pleiteadas para demarcação existem indícios materiais da presença indígena e de quilombos, como cemitérios, destroços de antigas moradias, restos de artefatos utilizados para caça, entre outros.

WRM: Hoje cerca de onze por cento do território nacional é terra indígena demarcada. Mesmo tendo seus direitos consagrados na constituição, o que foi realmente crucial para essa conquista dos povos indígenas?

Em minha opinião, a articulação dos povos indígenas desencadeada através das grandes Assembleias de Povos impôs resistência às frentes de expansão econômica – no final dos anos de 1960 – denunciou a realidade de genocídio, impulsionou a discussão sobre a necessidade de uma legislação específica para os povos, que resultou, mais tarde, no Capítulo VIII da Constituição Federal. Soma-se a isso a forte atuação de entidades e organismos no Brasil e no Exterior que se colocaram a serviço da causa indígena, dentre eles o Cimi, a OPAN, ANAI e as entidades e agências da cooperação internacional e, mais adiante, nos anos de 1985 as organizações indígenas – UNI Nacional e as UNI Regionais, os movimentos dos estudantes indígenas, de mulheres indígenas e tantos outros movimentos de luta que também foram, em minha opinião, resultado de todo um conjunto de articulações e mobilizações iniciadas lá atrás, pelas grandes assembleias. E o caminho foi se fazendo nas décadas de 1990 e depois nos anos de 2000, em que já se tinha uma estrutura jurídica definida – através da Constituição Federal – e os povos foram se apropriando destes direitos e tornando-os concretos, mas nunca sem desafios, nunca sem a omissão do Estado, e

precisando, constantemente, ter de lembrar os governantes de que os povos indígenas são sujeitos de direitos.

WRM: *O atual momento da luta indígena no Brasil é considerado um dos mais difíceis com uma grande ameaça de retrocesso inclusive em relação aos direitos garantidos na Constituição. Quais são e quem promove os principais ataques aos direitos indígenas, e como os povos e seus aliados tentam resistir?*

Vivemos, inegavelmente, um período de restrição e negação de direitos. A Constituição Federal vem sendo condicionada – por meio de interpretações ou alterações aos interesses de setores da economia e da política. A Lei Maior, no tocante aos povos indígenas, é negligenciada de modo sistemático, em especial no alcance do direito a terra, condicionado à lógica da propriedade privada. Em interpretações duvidosas da lei, o direito originário sobre as terras que os povos tradicionalmente ocupam vai sendo contestado, bem como os efeitos de dispositivos constitucionais que definem estes direitos como inalienáveis, indisponíveis e o direito sobre as terras imprescritível.

Ao analisar a atual conjuntura, há que se fazer referência a políticas constituídas no início do século XX, nas quais se promoveu a identificação de “grupos indígenas” com o intento de removê-los para algumas reservas, nas quais se aglomeraram populações, inclusive, de povos diferentes. Faço essa alusão pois, ao que parece, esta política está sendo retomada. Hoje, ao utilizar o argumento de criação de reservas ao invés da demarcação, pretende-se, mais uma vez, remover os povos indígenas de suas terras, que são pleiteadas para a implementação de projetos desenvolvimentistas e da expansão do agronegócio.

Agora, a retirada da população indígena de suas terras ou a negligência em relação à demarcação são evidências de que os direitos indígenas entraram na mira de interesses econômicos e se pretende incorporá-las como recursos.

A brutalidade nestes processos já se faz notar. No estado do Maranhão, madeireiros promovem verdadeiras caçadas aos indígenas que se opõem ao desmatamento e exploração madeireira que este ano se intensificou invadindo terras indígenas. Foram assassinados oito pessoas do povo Guajajara. Algumas das vítimas tiveram partes de seus corpos arrancados e expostos pelos assassinos. Na Bahia, lideranças Tupinambá são criminalizadas, agredidas, ameaçadas e assassinadas. Em Minas Gerais ocorre fato semelhante contra o povo Xakriabá. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os ataques aos direitos indígenas estão somados à perseguição, criminalização e o aprisionamento de lideranças que lutam pela terra. Em Mato Grosso do Sul, os ataques aos Guarani-Kaiowá e Terena têm sido recorrentes, mas, especialmente em 2016, registrou-se a interdição, por parte de juízes federais, aos direitos territoriais em áreas já demarcadas ou naquelas cujos processo deveriam estar em andamento, mas acabaram obstruídos.

Concomitantemente, determinam o despejo das comunidades com uso de força policial.

WRM: *O que você poderia dizer às organizações de povos indígenas e indigenistas de outros países que buscam seguir o exemplo do Brasil? O que é realmente essencial para garantir o protagonismo e autonomia dos povos indígenas dentro dos seus territórios, e qual é o papel da luta por direitos? Nesse sentido, como lidar com a pressão do grande capital que busca impor seus direitos sobre os direitos indígenas?*

Não há como fazer sugestões acerca das questões indígenas se nelas não estamos inseridos mesmo que de modo indireto. As especificidades das lutas, dos povos e culturas e o modo de ser e viver dão – geralmente – direção e sentido para os enfrentamentos políticos, jurídicos, legislativos. Cada povo acaba construindo seus caminhos no combate às injustiças a que são submetidos. Mas, o que parece comum entre os diferentes povos e culturas é a necessidade de pensar caminhos onde se consiga identificar aquilo que aproxima um povo do outro e o que os distanciam. Identificando-se o que une e aproxima, então se podem estabelecer mecanismos de articulação, mobilização e lutas conjuntas. Os opressores geralmente traçam suas estratégias conjuntas tendo em vista a exploração dos outros povos, de suas terras e seus recursos. No que tange aos povos indígenas e demais segmentos sociais explorados e criminalizados há que se lutar juntando e compondo as esperanças, os interesses, expectativas e as forças espirituais.

*Roberto Liebgott, cimisul-equipe-poa@juol.com.br
CIMI, <http://www.cimi.org.br/>*

8. Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia, Brasil

Boletim 233. Setembro 2017. ([Leia este artigo online e veja as referências completas aqui.](#))



O processo de transformação territorial no Extremo Sul da Bahia dialoga e se entrelaça com a questão agrária no Brasil. Assenta-se na estrutura fundiária extremamente desigual que se mantém desde os tempos do Brasil colônia, mas que se acentua recentemente com a imposição de um único modo de produção extensivo e intensivo em terra, água, agrotóxicos, insumos químicos, maquinaria de grande porte e biotecnologia: o agronegócio e, em especial, uma das suas faces: a monocultura de eucalipto que abastece enormes fábricas de celulose.

Eucalipto, agrotóxicos e a manipulação ideológica

A monocultura de eucalipto para produção de celulose abriga em si, disfarçadamente a utilização de agrotóxicos. Os agrotóxicos são os produtos químicos que, depois das duas grandes guerras mundiais e junto com outras matérias e produtos, foram desviados de suas funções iniciais. Os materiais explosivos ganharam status de adubos sintéticos e nitrogenados; os gases mortais se transformaram em agrotóxicos; e os tanques de guerra em tratores. Assim, na segunda metade do século XX, a Revolução Verde foi lançada com o argumento de (que prometia) aumentar a produção agrícola para acabar com a fome. O que não está claro é o motivo das monoculturas de árvores, como eucalipto, está ligado ao projeto de acabar com a fome, visto que eucalipto não se come!

No Brasil, esse processo dialoga com o Plano de Metas do governo brasileiro na época pós-2ª Guerra Mundial que com 'auxílio' dos Estados Unidos, incluiu a modernização da agricultura, por exemplo, a fabricação de tratores dentro da meta da indústria automobilística, e os agrotóxicos como meta das indústrias de base, visto que "as metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir-se positivamente na dinâmica dos outros"

Enquanto o governo do Brasil criava estratégias que justificassem o uso destes produtos, incrementado a partir do golpe militar em 1964, Rachel Carson, uma biologia-escritora dos EUA, alertava no mesmo ano através do seu livro *Primavera Silenciosa*, sobre as consequências nefastas destes produtos. Segundo ela, trata-se do ataque mais alarmante dos ataques do ser humano para com o meio ambiente, representando a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares por materiais perigosos e letais. É uma poluição irrecuperável, visto que as substâncias criadas pela mente humana não são absorvidas pela natureza e os males oriundos dos produtos químicos atuam em cadeia e em todos os tecidos vivos e são irreversíveis. Além disso, segundo Carson, a suposta necessidade de criar cada vez mais substâncias é fruto dela mesma, pois os insetos, atendendo ao princípio da sobrevivência, criam resistências a determinada substância usada, fomentando a descoberta de mais substâncias ainda mais potentes e letais.

Tendo como norteador o chamado Plano de Metas, o Brasil ingressou na era da modernização agrícola conservadora que dá sustentação á violenta e perversa implementação do capitalismo no campo. Nesta perspectiva, os venenos chegaram ao Brasil, envolvidos pelo chamado "desenvolvimento". O campo deixaria de ser atrasado. É o pacto entre os diversos setores da economia que se unem e promovem o que mais tarde passou a ser convencionado de agronegócio e ovacionado pela ciência, pela mídia e pelos políticos. Só o consumo das herbicidas, os mata-mato, aumentou em 5.400 por cento de 1965 a 1979. O agente laranja, 2,4-D quando usado como arma química, para matar milhões de pessoas na guerra

dos EUA em Vietnã, Laos e Camboja nos anos 1960, já estava sendo utilizado amplamente no Brasil. O Banco da Amazônia financiava semanalmente cerca de 50 mil litros para ser usados na Amazônia e no Cerrado, especialmente por empresas alemãs e norte-americanas.

Na década de 1970, o Ministério da Agricultura destinava 20 por cento do custeio agrícola para as empresas de agrotóxicos sob o argumento de serem produtos necessários para produzir alimentos. O Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola, (PNDA), além de financiar, exigia o uso de agrotóxicos resultando na ampliação das indústrias do setor de agrotóxicos de 14 fábricas em 1974 para 73 em 1985. Vale destacar os laços estreitos entre a ditadura militar e grandes empresas de agrotóxicos. Por exemplo, o Ministro da Agricultura na época, Nestor Jost, assumiu seu cargo quando ainda era Presidente do Conselho de Administração da multinacional alemã da indústria química, a BAYER, e utilizava recursos financeiros do Estado para participar de reuniões da empresa.

Eucalipto e chuvas de veneno

Quem percorre regiões ocupadas com eucaliptais não imagina o perigo que se abriga no silêncio dos eucaliptais: os produtos químicos sintéticos com funções distintas para manter e aumentar os lucros de empresas transnacionais.

Os problemas associados ao uso de agrotóxicos na monocultura de eucalipto são encontrados em diversas regiões. Em João Lisboa, no Estado do Pará, em 1995, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, junto com alguns vereadores, denunciaram através de um relatório a contaminação de agrotóxicos em áreas de plantações de eucalipto da Celmar S/A, no distrito de Varjão dos Crentes. Uma equipe da Universidade Federal do Maranhão detectou a falta de uso dos equipamentos de segurança. Na relação de produtos fornecida pela Celmar constava o Bromex, (nome comercial) que é Brometo de metila, proibido na Europa, e DMA 806, que é o 2,4D. Outros produtos altamente tóxicos encontrados foram Garlon 480, (triclopir) e Goal BR, (oxifluorfem). O relatório destaca a falta de testes específicos que permitissem verificar possíveis nocividades e agressões.

Em 2003, o Jornal Século Diário no estado do Espírito Santo divulgou a denúncia do médico e doutor em Ciências da Saúde, Luiz Henrique Borges, chefe do Departamento de Saúde Coletiva da Emescam, sobre o lançamento anual de 1.839 toneladas de agrotóxicos despejados como coquetel de venenos pela Aracruz Celulose, a atual FIBRIA, em apenas dois municípios, Conceição da Barra e São Mateus.

No parecer técnico número 138 de 1995, para licenciar a empresa Veracel Celulose no estado da Bahia, o glifosato e o sulfuramida, os principais venenos utilizados, foram tratados como atóxico, sem efeito para o ambiente e as pessoas. Porém, os

índios da etnia Pataxó, trabalhadores e comunidades rurais, em diversas oportunidades denunciaram os venenos. Em 2011, nas audiências públicas que tratavam da licença de ampliação da Veracel Celulose, as pessoas presentes diziam claramente NÃO à ampliação dos plantios. O argumento principal utilizado era o uso ininterrupto de venenos e suas nefastas consequências. Mundialmente, há uma vasta bibliografia que comprova o glifosato e o sulfluramida como substâncias perigosas.

As comunidades do entorno das plantações de eucalipto da empresa Suzano Papel e Celulose e FIBRIA na Bahia também amargam a realidade dos agrotóxicos. Em meados de 2013, seus plantios foram infestados pela lagarta parda ou lagarta desfolhadora do eucalipto. Estas lagartas se transformaram em mariposas e infestou cidades e comunidades. Posteriormente as lagartas atacaram também as plantações da Veracel Celulose. O aparecimento de novas pragas é consequência natural do desequilíbrio gerado por monoculturas. Diante disto, as empresas se organizaram e destinaram chuvas de venenos com pulverização aérea para toda a comunidade regional. Esta prática já vem sendo utilizada na monocultura de café. É uma prática perigosa, pois: “menos de 0,1% dos agrotóxicos aplicados nas culturas atingem as pragas-alvo e que, portanto, uma grande quantidade desses produtos é perdida durante o processo de aplicação – causando efeitos adversos para a saúde humana e para a biota benéfica, e contaminando o solo, a água e a atmosfera do ecossistema”.

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) se encarregou de divulgar pela região, através de outdoors e cartilhas, que o controle estava sendo efetuado através de inseticida biológico. Segundo os fabricantes e cientistas contratados seria “(..) específico para lagartas, não oferece risco à saúde do homem e animais”. O produto tem o nome comercial DIPEL (*Bacillus thuringiensis*), do fabricante Chemical-EUA. Mas, no campo, o avião atravessou comunidades e aldeias praticamente todos os dias do ano de 2014 até início do ano de 2016. Os Assentamentos Quilombo I e II, Zumbi dos Palmares, no município de Mucuri, e comunidades de Quilombolas no município de Alcobaça, como Juerana, Aldeia Mucugê, I e II, Craveiro, Nova Esperança e diversas outras começaram a sentir os efeitos dos produtos que banhavam as pessoas, as plantações, rios e lagos da região. Muitas pessoas doentes, e criações como gato, cachorro, galinhas, e plantações de alimentos morrendo.

Os impactados logo descobriram o uso de diversos produtos associados ao DIPEL, ou ‘inseticida biológico’ como propaga seus defensores. O que não quer dizer que não há impactos do ‘inseticida biológico’, mas essa é outra discussão. O certo é que o propagado inseticida inofensivo aparentemente não deu conta do recado visto que necessitou de reforço de uma diversidade de substâncias. Na audiência pública, realizada em Mucuri, no mês de julho de 2016, os trabalhadores sem terra, vereadores e apicultores denunciaram que além do DIPEL, o avião era abastecido

com outros produtos. Um dos participantes ressaltou: “a empresa só apresenta o DIPEL na pulverização aérea, mas eles usam mesmo é o Evidence, Thiametoxan e Actare, um produto caro e forte”. Diante disso, o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), buscou informações da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia (CREA) sobre os produtos utilizados.

Na lista fornecida pelo CREA, referente a 2013, 2014 e 2015, aparece produtos do grupo químico neonicotinóide, derivado da nicotina. O DIPEL aparece na lista de 2014 com 52.857.000 litros. Juntamente com o DIPEL, houve um aumento assombroso de inseticidas do grupo químico neonicotinóide, com mais de 43 milhões de litros. Especialmente Actara, Evidence e Tiametoxam, (citados pelos trabalhadores do campo e comunidades), sendo que o Tiametoxam contém neonicotinóide e piretróide juntos. A soma destes em 2014, junto com o DIPEL, totaliza 96.022.100 litros. Em 2015, o DIPEL foi reduzido para 7.946.000 litros, mas a quantidade dos produtos do grupo químico neonicotinóide aumentou, e juntos, somaram 153.194.750 litros.

Além do herbicida de princípio ativo Glifosato, as empresas (FIBRIA, Suzano Papel e Celulose e Veracel Celulose) utilizam outras substâncias químicas para controlar o mato. Herbicidas, de princípio ativo oxifluorfen, Isoxazol, Triazolona, Ciclohexenodicarboximida. E inseticidas, formicidas e fungicidas como *Bacillus Thuringiensis* (DIPEL), Cloreto de Benzalconio – Amônio Quaternário, Neonicotinóides (Actara, Evidence 700, Tiametoxam); Organofosforados (Orthene 750 BR); Oxicloreto de Cobre – Inorgânico; Pirazol; Sulfloramida (Mirex) e Trifloxistrobina. Os principais fabricantes são: as alemãs BAYER y BASF, as estadunidenses DOW, GRIFFIN Corporation e MONSANTO, a suíça SYNGENTA e a japonesa SUMITOMO CHEMICAL.

Violações e injustiças em torno do veneno silencioso

Pelo menos dois ou mais ingredientes ativos são necessários na monocultura de eucalipto: um para matar formigas e outro para apaziguar o surgimento do mato ou plantas invasoras como os técnicos nomeiam as poucas espécies de plantas que insistem em romper com o isolamento do eucalipto. Também pode ser usado mais de um componente para cada um desses casos, pois segundo as informações de fabricantes, os produtos vão se tornando ineficazes para o fim já que tanto as plantas como os insetos vão criando resistências. Isso exige maiores doses do mesmo produto ou novas composições e misturas são aplicadas sem tréguas, pois existem áreas de todas as idades para abastecer de forma permanente as fábricas de celulose que funcionam 24 horas por dia.

Assim, verifica-se que não é real a afirmativa de dosagens corretas ou uso seguro. Trata-se da construção de uma imagem positiva com a intenção de ocultar as

nocividades dos possíveis efeitos à saúde e ao ambiente. Essa construção demonstra a agressividade da estratégia, reforçada e endossada pela ciência hegemônica, que assegura quantidades adequadas e baixa toxicidade de produtos letais. Mas as pessoas e o ambiente estão sendo envenenadas diariamente, os recursos hídricos contaminados em níveis desconhecidas. Soma-se a isso a escassez de água causada pelo alto consumo d'água pelos eucaliptos de rápido crescimento. O recente surgimento da lagarta parda do eucalipto reforça ainda mais a situação de desequilíbrio do ecossistema levando à mencionada aplicação aérea de uma quantidade e diversidade de produtos químicos ainda maiores.

Neste processo, constata-se que toda essa exploração perversa, incluindo envenenamento da população em especial a população do campo, tem como objetivo produzir celulose para abastecer o Norte global com papéis descartáveis. Constata-se ademais que isso ocorre com o aporte fundamental do Estado e da Ciência construindo um mundo de papel envenenado, que suga a vida, o suor e o sangue da terra. Um mundo que só é possível mediante desigualdades profundas que permite a expropriação violenta, através de grilagem, e a exploração do trabalho humano e, sobretudo, a impunidade na qual os violadores apostam.

Considerações Finais

As pressões intensas do agronegócio continuam até os dias de hoje, resultando, por exemplo, em isenções fiscais e subsídios generosos para as empresas de agrotóxicos e também as de celulose que começaram a se expandir fortemente também na década de 1970. E, do cruzamento das indústrias de celulose com as indústrias de agrotóxicos, nasceu mais tarde o eucalipto transgênico. A empresa Suzano Papel e Celulose, através da empresa de biotecnologia Futuragene, já conseguiu liberação para o plantio comercial em 2015. E, os testes de campo para este uso comercial, em larga escala, já foram iniciados. Isso significa maior consumo de água e maior consumo de agrotóxicos.

Vale destacar também como a história se repete. Desde o golpe político-jurídico-midiático para destituir a Presidenta eleita Dilma Roussef, aprofundou-se o retrocesso de direitos trabalhistas, enquanto acirra o movimento do agronegócio avançar sobre as terras tradicionais de camponeses, índios, quilombolas. Na Bahia, cerca de 300 famílias foram despejadas de áreas de conflito com a empresa Veracel Celulose. Verifica-se também a investida para enfraquecer os órgãos reguladores e fiscalizadores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), responsável por avaliação e reavaliação dos agrotóxicos. Enquanto as indústrias de agrotóxicos e de eucalipto para celulose foram beneficiadas com o golpe civil-militar de 1964, os representantes do agronegócio, que se articula intimamente com a indústria de agrotóxicos, indicou para o Ministério da Agricultura do atual governo, Blairo Maggi. Ele é conhecido nacionalmente como o “rei da soja” e autor do Projeto de Lei 6299 de 2002, conhecida como o Projeto de Lei do

veneno, que prevê facilitar a comercialização, utilização, armazenamento e transporte, de agrotóxicos. Há fortes indícios de que o atual golpe, assim como o de 1964 tem como um dos fundamentos fortalecer empresas deste setor, e assim, a história se repete. E, desta vez, como uma farsa desprovida de pudor ou ética.

Diante disto, as condições materiais expostas apontam a necessidade de erradicar o modo de produção baseado em plantação de eucalipto e fábricas de celulose, bem como uma transição do modo de produção de alimentos, de forma monocultural, com uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, para uma produção de base agroecológica, que garanta territórios livres de agrotóxicos, como alternativa e produção de vida e saúde para todas as pessoas e o ambiente.

Ivonete Gonçalves de Souza, [ivonetegsouza2017 \[at\] gmail.com](mailto:ivonetegsouza2017[at]gmail.com)

Mestre em Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ – autora da pesquisa “Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Agrotóxicos, violação de direitos e manipulação ideológica”, 2016.

Este artigo é baseado num artigo que em sua versão original em português é disponível em <http://racismoambiental.net.br/2017/09/04/desertos-verdes-eucalipto-e-o-veneno-silencioso/>

9. Água e celulose: a sede do Norte e a resistência no Sul

Boletim 230. Abril/Maio 2017. ([Leia este artigo online e veja as referências completas aqui.](#))



Há cerca de 50 anos, substituindo a Mata Atlântica original, foram introduzidos os primeiros plantios químicos de eucalipto de rápido crescimento da Aracruz Celulose, hoje chamada Fibria, no Norte do Espírito Santo, Brasil. Faz 40 anos, sobre a principal aldeia indígena tupiniquim (Macacos), se instalava o complexo

industrial celulósico da atual Fibria, em Barra do Riacho, distrito de Aracruz. Hoje, 2017, a seca assola os povos e famílias resistentes, e a contaminação atua como arma política de expropriação de seus territórios.

Para toda a sociedade regional, o acesso a água é um enorme sacrifício e desafio. O racionamento é constante. A qualidade, sempre contestada pelos habitantes da região; sejam elas dos territórios indígenas, de outros tradicionais como quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pescadores; sejam elas da vizinhança dos distritos periurbanos, com suas instalações industriais e portuárias.

Dependente, em sua instabilidade estrutural, dos malabarismos da agroquímica, a monocultura do eucalipto em larga escala promove medo e a desconfiança na população que vive em seu entorno. Para segurança própria, quando podem, evitam beber a água de suas cacimbas e córregos sobreviventes à seca. Testemunham a execução de planos de manejo com uso intenso e cotidiano de herbicidas, inseticidas, fungicidas e fertilizantes, e a contaminação de trabalhadores terceirizados e animais. Nos distritos industriais, a produção-exportação de celulose requisita a água de toda a vizinhança, para abastecer as 3 fábricas e suas indústrias associadas (cloro, peróxido, etc.), em quantidade equivalente ao consumo de toda a região metropolitana da capital Vitória (1,9 milhões de habitantes/IBGE, 2016).

Nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, desde o final dos anos 1960, a monocultura de eucalipto que ocupa grande parte destes municípios e o complexo industrial-portuário da celulose submetem rios e córregos, nascentes, lagoas e mar aos padrões da sede de consumo do Norte. No Espírito Santo se evidenciam seus trágicos resultados e efeitos: a crescente aridez do clima, o esgotamento e contaminação da água, a sede da natureza e das pessoas. Embora aumentem as exportações para EUA e China, o mercado de consumo europeu continua central para o lucro da Fibria Celulose, e para financiar sua guerra por água.

No Norte predomina outro tipo de sede e contaminação, de caráter existencial. Trata-se da manipulação, escravização e uniformização dos desejos, sedentos por mais papéis sanitários e embalagens, esses invólucros dos objetos de consumo, onde, por exemplo, se pode fixar o selo verde do FSC e seu *greenwashing* – lavagem verde. No Norte, desenvolvendo e disciplinando os territórios mentais a níveis de consumo estratosféricos, a chamada Economia Verde apresenta seus subterfúgios para o longo tédio e niilismo do velho mundo. Creem que a água sempre estará disposta nas embalagens *pet one-way*, ou seja, descartável.

Já neste Sul tropical, ao contrário. A resistência descrê do desenvolvimento como caminho para o bem viver; e vive plena de querer: quer rever e reinventar o destino histórico, quer criar e experimentar tecnologias de transição pós-eucalipto, quer denunciar as violações a direitos humanos e à natureza, quer proteger e cuidar da água e da vida, pois não pode passar ao largo do próprio e injusto planeta compartilhado com o Norte. Uma contracultura anticapitalista se agarra à proteção das águas e do clima, ameaçada pelos acordos internacionais, corporações financeiras, econômicas, tecnológicas, e pelas políticas de desenvolvimento do modo de ser europeu. Definitivamente não é para os povos do Sul que se constrói a Economia Verde.

É o caso, por exemplo, nos territórios quilombolas do Sapê do Norte do Espírito Santo. Envoltas por vastos maciços de eucaliptais e perfuradas para exploração de petróleo e gás, as 33 comunidades quilombolas experimentam o desaparecimento e contaminação de seus córregos e nascentes, de suas matas e sementes, caças e

pescado. Em 2015, enquanto o Estado decretava situação de calamidade pública, devido a meses sem chuva e à crise hídrica generalizada, as empreiteiras terceirizadas da Fibria, (como a Plantar, Emflora, entre outras) sacavam a pouca água restante do Rio São Domingos, com dezenas de caminhões-tanque de agroquímicos, para regar seus plantios recentes de eucalipto. Enquanto isso, no quilombo de Linharinho, os que dependiam da água do rio, não podiam regar suas roças, seus micro-sistemas agrofloretais, que garantem alimento, renda e protegem a mata ciliar do rio, contra a invasão criminosa do eucalipto. Durante a seca de 2015, na família de Sapezeiro e Joice, da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, não havia água sequer para lavar as roupas das crianças, para banho e nem para os animais, conforme denunciaram em audiência do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar), diante do Governo de Estado e do Ministério Público Federal.

Na comunidade quilombola de Angelim do Meio, às margens do Rio Angelim, em Conceição da Barra, desde a chegada dos eucaliptais e dos canaviais que a rodeiam, o acesso à água do rio se tornou impraticável. Isso aconteceu tamanha a contaminação por agroquímicos e ainda por constantes derrames de efluentes das indústrias de álcool e açúcar que se instalaram no extremo Norte do Espírito Santo. Denunciada desde 2014 em relatórios de violação de direito humano à alimentação adequada, junto ao CONSEA, em Brasília e no Espírito Santo, a situação em Angelim do Meio continua grave, em 2017. Um crime social e ambiental ainda sem reparação a contento pois, embora tenham conquistado uma caixa de armazenamento de água, a comunidade ainda é dependente do abastecimento de caminhão-pipa, seja da prefeitura, seja das empresas de eucalipto ou cana de açúcar.

Nas comunidades ribeirinhas e de pesca artesanal em Linhares, a convivência com a seca e a contaminação se repete. O próprio Rio Doce, principal bacia fluvial do Espírito Santo, em sua foz, entre os distritos de Regência e Povoação, já não conseguia desaguar no Atlântico, pouco antes do maior crime ambiental da história do Brasil, quando a mineradora Samarco (propriedade da BHP e da Vale) derramou 40 milhões de litros de lama tóxica sobre seu leito, no final de 2015. Novo estado de calamidade pública. Desde 2016, centenas de ribeirinhos, pescadoras artesanais, camponeses e trabalhadores rurais sem terra são obrigados a se deslocarem para outras regiões da vizinhança, menos contaminadas, onde ocupam áreas em litígios com a Fibria e com a Petrobras. O Estado, as grandes empresas, a mídia local, a unidade de conservação os criminaliza. Logo eles, que nem sequer receberam as reparações necessárias pelos sucessivos crimes ambientais, da Samarco, da Fibria e da Petrobras!

Ainda em 2002, quando a Fibria inaugura sua terceira fábrica de celulose, no distrito de Barra do Riacho, em Aracruz, a empresa já percebia o colapso hídrico da região. Percebia também que devido a sua demanda expansiva deveria buscar água ainda mais distante de sua planta industrial. Construído e inaugurado às pressas, em

licenciamento ambiental dos mais suspeitos, sob forte crítica de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, advogados, técnicos e pesquisadores acadêmicos, o Canal Caboclo Bernardo começava a trazer para a empresa as águas do Rio Doce, interligando micro-bacias à sua reserva hídrica-industrial. Nessa época, a empresa e os governantes justificavam o canal com a finalidade de abastecer os moradores de Barra do Riacho e Vila do Riacho, distritos localizados nas imediações das fábricas e do porto de celulose. Pura farsa! Quinze anos depois, nos mesmos distritos, o racionamento de água é constante e a água salinizada e contaminada do Canal não pode ser usada para o abastecimento da população. Mesmo para as fábricas de celulose, a água contaminada do Rio Doce não pode ser usada, sem antes aplicar um coquetel químico que a adeque aos padrões do maquinário, conforme informações de trabalhadores do próprio complexo industrial. Ribeirinhos, pescadores, sem terras e lideranças de Barra e Vila do Riacho também testemunharam mortandade de peixes no Canal Caboclo Bernardo, no ano de 2016.

Buscando adaptar-se ao colapso hídrico do Estado, em detrimento da água que poderia abastecer a população, a empresa inicia a construção de mega poços artesianos, de grande profundidade e diâmetro, dentro de sua própria planta industrial. Lideranças indígenas da aldeia tupiniquim de Pau Brasil, moradores e pescadores de Barra do Riacho temem o agravamento da seca em seus rios e córregos.

O monopólio da água pelo complexo agroindustrial da celulose tem provocado sérios impactos sociais e ambientais em toda a região Norte do Espírito Santo. Para conter um vasto entorno rebelado, a empresa contrata empresas terceirizadas de segurança patrimonial, acirrando ainda mais os conflitos. Sua política de responsabilidade social alterna entre a violenta ameaça de despejo e a manipulação de conflitos intercomunitários e mesmo dentro de uma mesma comunidade. Atualizando a maldição ecológica da Aracruz Celulose, a atual Fibria confirma a previsão do naturalista Augusto Ruschi, que ainda nos anos 1960/70 cunhou o termo “deserto verde” para se referir ao eucaliptal.

Enquanto o Norte segue seu consumo desenfreado de papel, por todo o Espírito Santo os povos experimentam estratégias de resistência, de defesa de seus territórios e proteção da água. Retomam territórios tradicionais, reconvertem talhões de eucalipto para a agroecologia dos alimentos, retomam matas ciliares invadidas pela monocultura e implantam sistemas agro-florestais, monitoram e denunciam violações de direitos humanos e da natureza, aprendem tecnologias de melhor convívio com a seca, enfrentam a violência das polícias privada e militar, levantam acampamento. Sobreviveram aos primeiros 50 anos. Estarão por perto, depois que a empresa fechar sua primeira fábrica, por falta de água.

Marcelo Calazans, *marcelo.fase [at] gmail.com*

Sociólogo e educador da FASE Espírito Santo, Brasil

10. “Para ter saúde plena, nos [as mulheres] queremos fazer a diferença”: uma voz das florestas do Brasil

Boletim 225. Julho/Agosto 2016. ([Leia este artigo online aqui.](#))



Francisca Maria tem 36 anos, mãe de 3 filhos, casada há 17 anos. Ela também é líder da comunidade de São Raimundo. São Raimundo fica na região de Baixo Parnaíba, no estado de

Maranhão, Brasil. Por ser uma região de terras férteis e muita água, a mesma sofre de ataques constantes do agronegócio da soja e do eucalipto, o último representada pela empresa Suzano Papel e Celulose, um dos maiores produtores de celulose e papel do Brasil. A Suzano já conseguiu se apropriar de vários territórios das comunidades tradicionais na região. Mas no meio do avanço dos monocultivos, a comunidade São Raimundo resiste até hoje. Conversamos com a Francisca sobre o que representa saúde para esta comunidade que conseguiu manter seu território e a floresta do cerrado, sobre como o eucalipto e o agronegócio tem afetado isso e o papel que as mulheres exercem na liderança da comunidade.

Você poderia dizer o que tem de importante aqui que garanta a saúde da sua comunidade, entendendo a saúde de forma ampla, abrangente?

Aqui em São Raimundo, acredito eu, nos temos de tudo um pouco para garantir uma saúde de qualidade aqui na comunidade. Uma das coisas principais que nós não temos aqui é o eucalipto e isso a gente já tem na cabeça que isso não é, que isso não traz saúde. Então, saúde é ter uma floresta preservada, ter os animais; saúde é ter uma água de boa qualidade; saúde é a gente olhar para, é ver a beleza natural que nos temos, isso para nos é saúde. Saúde é uma reserva permanente na beira do rio, bem verde, bem preservada pela comunidade. Então tudo isso para nos é saúde. Saúde é nosso cerrado verde, nosso cerrado florido, de pequi, de bacuri, de plantas medicinais. Saúde é ter um grupo de mulheres na liderança, na frente, porque elas têm uma visão diferente de alguns homens, elas tentam manter um jeito melhor de trabalhar com as outras mulheres, de conquistar elas, de ter uma forma carinhosa de trabalhar. Então tudo isso para nos representa saúde.

E o que acontece aqui na região que ameaça a saúde na comunidade

Uma das coisas que acontece aqui na nossa região, principalmente, é o eucalipto porque eles trazem um tipo de produto que polui o ar. Ultimamente, algumas comunidades aqui da nossa região também, a gente acabou com tempo vendo que uma febre que dava nas crianças, uma gripe, uma virose, uma diarreia; era gente, os animais morrendo. Então isso a gente começou com tempo perceber, que isso

veio com a poluição do agronegócio desses empresários que trazem o agronegócio para cá, para nossa comunidade, com essa imenso avanço do eucalipto.

Qual é o mal que eucalipto faz especificamente sobre as mulheres e Você identifica impactos que só dá nas mulheres?

Para nos aqui, se isso acontecesse um dia, afetaria muito, principalmente as mulheres. e Porque? Por que a gente tem um projeto de plantação de bacuri [fruta típica do bioma do cerrado nesta região do Brasil], e porque a gente tira um pouco do sustento da comunidade do bacuri de dezembro até março para gente afetaria muito porque os homens vão para o roçado e normalmente quando eles estão lá no roçado, fazendo essa parte, as mulheres estão no cerrado. Então numa questão de 30 minutos, vão lá para o cerrado, colhe o bacuri, e as vezes não tem o que comprar. Quando não tem dinheiro para comprar, já tira polpa de bacuri, já vai para o mercado, compra o peixe e a carne, já alimenta os filhos. Então afetaria muito, a questão do eucalipto, e com o avanço do eucalipto a comunidade onde tira seu sustento do cerrado, atrapalha muito, adocece, a mulher fica doente mesmo, sem saber o que fazer.

e O que você diria para uma comunidade para tentar se curar desta “doença” que se chama eucalipto?

Eu diria para essas comunidades manter essa mesma posição que São Raimundo mantém até hoje, de resistência, de união, de buscar aliados, de buscar parcerias, de se unir. O passo principal é a união, e não aceitar de forma nenhuma as plantações de eucalipto na sua comunidade, fazer a mesma coisa que São Raimundo fez. No início quando o eucalipto quis chegar, São Raimundo se reuniu, umas duzentas pessoas da comunidade, jovens, adultos, crianças, grávidas, e a gente combateu, para não aceitar. Nunca consentemos de forma alguma para aceitar a plantação de eucalipto. E São Raimundo hoje continua sendo um exemplo de todas as comunidades no município de Urbano Santos, São Raimundo continua ser exemplo de resistência, e nossa posição é resistir, nossa posição é não ao eucalipto.

Aqui na comunidade que resistiu ao avanço da soja, do eucalipto, e qual foi a diferença de ter mulheres na liderança da comunidade?

Aqui em São Raimundo as mulheres fazem a diferença porque numa ação, as mulheres sempre estão na frente, isso faz uma diferença muito grande aqui. Como mulher na liderança, aqui já estou 8 anos na liderança, e agora tem outra mulher na liderança, a gente tem um jeito diferente de trabalhar, de incentivo, de coragem, como mulher, como mãe. Não é fácil mas como a gente quer vencer, ver a diferença, os homens as vezes não tem aquela coragem que a mulher tem, aquela vontade, então as mulheres tomam a frente e levam adianta a luta. Não deixa

acabar, porque não tem um homem que quer. E nos incentivamos as outras mulheres. Porque o que a gente observa é que os homens se sentem cansados, e nos mulheres não, a gente quer mais, nos queremos ver a diferença, então a gente leva a luta adiante, e a gente tenta repassar para as outras companheiras o incentivo e nos temos companheira aqui corajosa, inclusive eu tenho um grupo de 8 mulheres, nos temos uma pequena roça ali, de plantio de feijão, nos estamos com irrigação para ser instalada, e a gente veio de um debate, fizemos convite para alguns homens, não quiseram, então nos mulheres levamos isso adiante e está dando certo, então nos somos fortes.

11. Brasil: A empresa de eucalipto Veracel Celulose tenta expulsar indígenas Pataxó do seu Território

Boletim 221. Jan/Fev 2015. ([Leia este artigo online e veja as referências completas aqui.](#))



Os Pataxós da aldeia Nova Esperança, município de Itamarajú, localizado no extremo sul da bahia da Bahia, são ameaçadas de expulsão. A área faz parte do território de Barra Velha de 52.100 hectares, já reconhecida pelo Estado brasileiro como área que pertence por direito aos Pataxós. Mas o

governo brasileiro não expede a portaria declaratória, ato que pode resolver a situação de violências constantes contra os habitantes da aldeia Nova Esperança e contra os cerca de 7 mil Pataxós em geral que habitam este território. Os Pataxós da aldeia Nova Esperança denunciam a morosidade do governo brasileiro e também os impactos da Veracel Celulose, propriedade da transnacional sueco-finlandesa Stora Enso (50%) e da Fibria (50%). Enquanto isso, os Pataxós da aldeia Nova Esperança lutam contra as tentativas da Veracel Celulose que quer expulsar eles da sua aldeia. Lá buscam sobreviver em apenas 20 hectares, cercada pelos eucaliptos da Veracel.

Impressionados pelas belezas naturais e pelas potencialidades abundantes de uma economia integrada colonial, os colonizadores portugueses deram início ao processo de conquista e colonização nesta região, há muito tempo conhecida por extremo sul da Bahia. A grande floresta tropical, que se espalhava por toda a região, com vastos manguezais e mussurunga, durante dois séculos deu suporte a principal atividade econômica baseada na exploração da madeira para construção naval e civil especialmente. A paisagem geográfica, deveras complexa por surpreender a continuidade de planície com altos e exuberantes relevos que surgem a pelo menos 5 léguas do litoral foram considerados entraves para expansão da ocupação, por terem altura que vai de 200 a 900 metros acima do nível do mar e

servia de refúgio para indígenas que não estavam aliados. Há narrativas como do príncipe austríaco, Maximiliano de Nied-Nieuwied, que cruzou a região em 1816 para ilustrar a beleza da paisagem, suas características e as estratégias dos indígenas de refugiarem-se nas florestas abundantes da região, como os Pataxós.

Esse povo, como muitos outros no Brasil, sofrem a expropriação desde a colonização, mas ainda um grande número dos Pataxós que vivem no extremo sul do estado da Bahia, encontram-se na região de Monte Pascoal. Depois de muitas lutas, conseguiram a demarcação em 01 de setembro de 1991, através da portaria de nº 1.393, de um território de 8.628 hectares, chamada de Barra Velha do Monte Pascoal. Mas os Pataxós que vivem dentro e no entorno deste território reivindicam a revisão dos limites para 52.100 hectares. O Estado brasileiro já reconheceu em 2008 que o território de 52.100 hectares é tradicionalmente ocupado pelos Pataxós e fundamental para sua sobrevivência física e cultural. Sendo que cerca de 24 mil dos 52.100 hectares fazem parte de uma Unidade de Conservação, o próprio parque Monte Pascoal deste povo. O reconhecimento se baseia na publicação no Diário Oficial da União do relatório de delimitação que fundamenta os novos limites da território. Mesmo assim, o Ministério da Justiça não expediu a portaria declaratória, alegando a existência de 6 mandatos de segurança – ações judiciais – de fazendeiros e governos municipais na região, como a Prefeitura Municipal de Porto Seguro e Prado, contrárias à demarcação, e com isso perpetuam as violências.

Além dos fazendeiros, a empresa de produção de celulose da madeira de eucalipto Veracel Celulose é a outra principal invasora do território indígena. No caso da aldeia de Nova Esperança, área retomada em março de 2013 pelos Pataxó dentro da área já delimitada de Barra Velha de 52.100 hectares, a empresa Veracel Celulose entrou na justiça para tentar expulsar os Pataxó desta mesma área. O primeiro juiz que tratou do processo 0002592-59.2013.4.01.3310, decidiu manter os Pataxó na área considerando o fato que ela já é uma área delimitada pelo Estado brasileiro, portanto preferia dar a manutenção de posse para os Pataxó até o governo brasileiro expedir portaria declaratória. Mas um novo juiz que assumiu recentemente ameaça rever a decisão do juiz anterior e expulsar as 35 famílias Pataxós que lá vivem, cerca de 160 pessoas de todas as idades.

Desde 2013, os Pataxó de Nova Esperança buscam sobreviver numa área de apenas 20 hectares cercada pelas plantações de eucaliptos da Veracel. No lugar onde tinha eucalipto, os Pataxó plantam agora alimentos como mandioca e abacaxi para o sustento das famílias. Mas eles sofrem diariamente os impactos do plantio de eucalipto da Veracel. Sobre isso, afirmam que vivem o terror em relação à água. Uma seca prolongada aprofundou os impactos já devastadores da monocultura em larga escala do eucalipto sobre a água. Mostram um lugar onde a proximidade do eucalipto dos nascentes destruiu os mesmos e forçou os Pataxó cavar um poço de água para garantir minimamente o abastecimento das famílias.

Outro impacto grave é a aplicação dos agrotóxicos pela Veracel. Eles denunciam que ultimamente a Veracel tem realizadas aplicações de avião aparentemente buscando combater uma lagarta que ataca a monocultura do eucalipto. As aplicações aéreas afetam também as famílias Pataxó que vivem praticamente dentro do eucalipto. Os moradores reclamam que não foram avisados sobre estas aplicações e não têm conhecimento dos produtos aplicados. O que eles sabem é que os produtos causaram diversas doenças, principalmente nas crianças, como coceiras e problemas respiratórios. Denunciam ainda que a empresa só tem trazido desgraça e que as promessas feitas por ela são um mito. Comparam a Veracel com o Álvares Cabral, o primeiro Português a entrar no Brasil e iniciar a era da dominação colonial. Fazem a comparação porque dizem que o Cabral tinha o mesmo objetivo que a Veracel hoje: a expulsão dos povos indígenas dos seus territórios.

O sonho dos Pataxó de Nova Esperança é ter uma vida digna o que significa conquistar o território para poder viver bem dentro dele, para ver os filhos e netos nascerem e para poder viver em paz. “A população está crescendo e nossa área é pequena para alimentar os descendentes com dignidade e saúde. Não podemos suportar nova invasão para destruir nossa terra, nosso povo!” Ressalta uma das lideranças.

A Veracel é uma empresa certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal) e a empresa afirma na sua página na internet que “conhece, respeita e contribui para as causas indígenas” (2). A certificação FSC já foi denunciada inúmeras vezes, mas as queixas graves contra a Veracel nunca resultou na de-certificação da empresa (3), mostrando como a FSC e seus membros (empresas, ONGs e outras organizações da sociedade civil) acabam sendo coniventes com a situação quanto não tomam providências após de tantas denúncias ao longo do tempo.

Ivonete Gonçalves de Souza, ivonetecepedes@gmail.com, CEPEDES
Domingos Andrade, cimiextremosuldabahia@gmail.com, CIMI

III. OUTROS MATERIAIS RECOMENDADOS

- [Nota pública contra a expansão do deserto verde no Rio de Janeiro](#)
- [Camponesas impedem aprovação do plantio comercial de árvores transgênicas no Brasil!](#)
- [Plantações de eucalipto para energia: O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil](#)
- [Acciones a nivel global llaman a rechazar en Brasil los árboles transgénicos \(Disponível apenas em inglês ou espanhol\)](#)

Para outros materiais sobre os impactos das monoculturas de árvores no Brasil veja <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-pais/america/brasil/>

IV. DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES

O dia **21 de setembro**, Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, organizações, redes e movimentos celebram a resistência contra as plantações e levantam suas vozes para exigir que “**Parem a expansão das plantações de monocultivo de árvores!**”. Essas plantações ameaçam a soberania das comunidades e dos povos.

O Dia foi lançado em 2004, durante um encontro da Rede Alerta contro o Deserto Verde no Brasil; elegeu-se o 21 de setembro porque nesta data no Brasil é celebrado o Dia da Árvore.

No entanto, a expansão dos monocultivos de árvores tem gerado impactos sociais e ambientais em muitos países. Isso resultou na ideia de estabelecer um Dia Internacional para divulgar o tema a nível global.

Participa você também! Para mais informações: <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/resistencia-local-e-global/dia-internacional-da-luta-contra-as-plantacoes-de-arvores/>

Sobre o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, ou WRM, é uma iniciativa que tem como objetivo contribuir com as lutas, reflexões e ações políticas dos povos e comunidades que dependem da floresta.

O WRM distribui um boletim eletrônico em português, inglês, espanhol e francês para servir como uma ferramenta de informação sobre as lutas locais e os processos globais que podem afetar as florestas e os povos e comunidades locais. **Se você deseja receber nosso boletim e outras informações relevantes em português, por favor, assine através do nosso site (wrm.org.uy/pt) ou no seguinte link: <http://eepurl.com/7RJYL>**

O conteúdo desta publicação pode ser total ou parcialmente reproduzido sem autorização prévia. No entanto, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais deve ser devidamente creditado e notificado de qualquer reprodução.

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 escritório 3. CP 11400,
Montevideo, Uruguai
Tel/fax: +598 2605 6943
wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>